

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 040

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 26 DE ABRIL DE 2000

ANO XXVI

Mesa Diretora

NELSON JUSTUS

Presidente - PTB

CAÍTO QUINTANA

1º Vice-Presidente - PMDB

JOSÉ MARIA FERREIRA

2º Vice-Presidente - PSDB

NELSON GARCIA

3º Vice-Presidente - PFL

HERMAS BRANDÃO

1º Secretário - PTB

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Secretário - PPB

RENATO GAUCHO

3º Secretário - PSDB

ÂNGELO VANHONI

4º Secretário - PT

LUIZ CARLOS ZUK

5º Secretário - PDT

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

<i>Líder do Governo</i>	<i>Valdir Rossoni</i>
<i>Líder Oposição</i>	<i>Irineu Colombo</i>
<i>PTB</i>	<i>Ademar Traiano</i>
<i>PFL</i>	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PMDB</i>	<i>Nereu Moura</i>
<i>PPB</i>	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i>	<i>Ângelo Vanhoni</i>
<i>PDT</i>	<i>Edgar Bueno</i>
<i>PSDB</i>	<i>Sérgio Spada</i>
<i>PSB</i>	<i>Ricardo Maia</i>
<i>PSL</i>	<i>Edno Guimarães</i>
<i>PST</i>	<i>Divanir Braz Palma</i>

Representação Partidária

PTB - 11: Ademar Luiz Traiano - Algaci Tulio - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Nelson Justus - Ricardo Chab - Valdir Rossoni - Tiago Amorim Novaes; PFL - 08: Basílio Zanusso - Chico Noroeste - Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Lino Rusch - Luiz Carlos Alborghetti - Marcos Isfer (licenciado) - Nelson Garcia - Plauto Miró Guimarães; PSDB - 08: Albanor Gomes - Antonio Baratter - Augustinho Zucchi - Beraldin - José Maria Ferreira - Luiz Fernandes da Silva Litro (licenciado) - Renato Gauchó - Serafina Carrilho - Sérgio Spada; PMDB - 07: Ademir Bier - Antonio Annibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Waldyr Pugliesi; PPB - 04: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Péricles de H. Mello; PDT - 03: Edgar Bueno - Luiz Carlos Zuk - Moysés Leônidas; PSL - 03: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins - Edno Guimarães; PST - 02: Divanir Braz Palma - Hidekazu Takayama; PSB - 02: Antonio Carlos Belinati - Ricardo Maia; PL - 01: Pastor Edson Praczyk; PSC 01: Miltinho Puppio.

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA 031ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
26 DE ABRIL DE 2000**

(quarta-feira)

Presidência do senhor deputado Nelson Justus, secretariada pelos senhores deputados Hermas Brandão e Augustinho Zucchi.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Nelson Justus, Caíto Quintana, José Maria Ferreira, Nelson Garcia, Hermas Brandão, Augustinho Zucchi, Renato Gaucho, Ângelo Vanhoni, Luiz Carlos Zuk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Albanor Gomes, Algaci Tulio, Antonio Baratter, Antonio Carlos Belinati, Antonio Annibelli, Basílio Zanusso, Beraldin, Beto Richa, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cezar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edno Guimarães, Edson Strapasson, Elio Rusch, Fernando Ribas Carli, Geraldo Cartário, Hermes Fonseca, Hidekazu Takayama, Irineu Colombo, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Miltinho Puppio, Moysés Leônidas, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Pastor Edson Praczyk, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Sérgio Spada, Tiago Amorim Novaes, Tony Garcia, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Ofício:

Curitiba, 26.04.2000.

Senhor Presidente.

Recebi comunicação da Comissão Especial instalada para ouvir os candidatos inscritos para ocupar o cargo de conselheiro do Tribunal de Contas do Paraná, conside-

rando a minha pessoa devidamente habilitada a disputar a indicação em sessão plenária.

Em consulta a parlamentares desta Casa Legislativa, verifico que está consolidada uma polarização definitiva entre dois candidatos, o secretário de Estado dos Transportes, Heinz Herwig, e o deputado estadual Basílio Zanusso.

Entendo, desta forma, como concluída minha participação neste processo de seleção, retirando, nesta oportunidade, minha postulação ao cargo de conselheiro do Tribunal de Contas.

Reitero, no entanto, que a participação nesse pleito esteve acima da própria candidatura, um ideal objetivo - uma proposta de trabalho - transmitida aos membros da Comissão Especial. Considero assim uma etapa cumprida. O processamento, detalhamento e a implementação das idéias apresentadas, uma verdadeira gestão de fiscalização abrangente, com certeza, será conduzida pelos membros das Comissões Específicas.

Finalmente, gostaria de deixar os meus agradecimentos e me coloco sempre a disposição dos senhores deputados desta Casa Legislativa, que representa a alma do povo paranaense.

Atenciosamente.

(a) JUAREZ ACCIOLY

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 635

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei nº 063/2000, de nossa autoria, que autoriza o Poder Executivo a transportar, via aérea, órgãos retirados de pacientes para transplantes.

Sala das Sessões, em 26.04.2000.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

REQUERIMENTO Nº 682

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, seja concedido Regime de Urgência para o Projeto de Lei nº 022/2000, de sua autoria, que trata da proibição do corte da Araucária Angustifolia e dá outras providências.

Sala das Sessões, em 26.04.2000.

(a) BERALDIN

REQUERIMENTO Nº 646

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o duto Plenário, retirada por 10 sessões, do Projeto de Lei nº 124/99, item 06, em 2ª Discussão, de

autoria do nobre deputado José Maria Ferreira, constante da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 26.04.2000.

(a) VALDIR ROSSONI

REQUERIMENTO Nº 647

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, retirada por 10 sessões do Projeto de Lei nº 101/99, item 05, em 2ª Discussão, de autoria do deputado Irineu Colombo, constante da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 26.04.2000.

(a) VALDIR ROSSONI

REQUERIMENTO Nº 634

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o desarquivamento do Projeto de Resolução nº 1492/92, de nossa autoria, que denomina Jardim Deputado Ulysses Guimarães todo o conjunto da propriedade da Assembléia Legislativa e autoriza erigir um busto do deputado, e que a sua tramitação seja em Regime de Urgência.

Sala das Sessões, em 26.04.2000.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

REQUERIMENTO Nº 656

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais e legais, respeitosamente REQUER:

1 - Seja arquivado o Projeto de Lei nº 26/95, de minha autoria, que estabelece normas de controle de resíduos de oleodutos, embarcações e instalações costeiras.

Sala das Sessões, em 26.04.2000.

(a) BERALDIN

JUSTIFICATIVA:

Estabelece a Constituição Federal que compete privativamente à União, através do artigo 22, legislar sobre Direito Marítimo, Águas, Regime de Portos e Navegação, portanto, cabe à União estabelecer normas gerais, não podendo a lei estadual sobrepor-se à federal, artigo 24, cabendo ao Conselho Nacional do Meio Ambiente estabelecer normas e padrões nacionais de controle da poluição por embarcações, mediante audiência dos ministérios competentes, conforme artigo 8º da Lei nº 6938/81.

REQUERIMENTO Nº 626

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado nos Anais desta Casa,

voto de pesar pelo falecimento do senhor Manuel Pudell, ocorrido em data de 19 de abril de 2000, na cidade de Toledo.

Requer ainda seja oficiado à família enlutada, na pessoa do senhor Egon Pudell, deputado estadual por três legislaturas e ex-presidente desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 26.04.2000.

(a) DUÍLIO GENARI

JUSTIFICATIVA:

Manuel Pudell, um homem de valor que deixa saudade eterna pelo exemplo que era de vida. Firme, decidido e brava gente, que desde 1952, em companhia da sua família participou ativamente com trabalho dedicado no crescimento e desenvolvimento da região Oeste, mais especificamente os municípios de Toledo, Palotina e o, hoje, município de Maripá.

Um pioneiro que se vai aos 93 anos e a Assembléia Legislativa se associa ao luto e a dor dos familiares, transmitindo suas condolências para os filhos, parentes e amigos.

REQUERIMENTO Nº 636

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação, na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, de voto de profundo pesar pelo falecimento do senhor Arcide Onório Guareschi, ocorrido em 15.04.2000, em Clevelândia.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 26.04.2000.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Faleceu, em Clevelândia, no último dia 15.04 o senhor Arcide Onório Guareschi que deixou viúva dona Ilda Gobbi Guareschi, 3 filhos e 7 netos.

Arcide Onório era pecuarista na região de Clevelândia. Seu passamento veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de seu vasto círculo de amigos, entre eles este Parlamentar.

O destino privou seus familiares do seu convívio, entretanto, no céus as mãos tem muito mais espaço para cobrirem de bênçãos a cada um de seus filhos; sua alma engrandecerá o Senhor que olhará para a condição humana de seu Servo Arcide Onório.

A distância e o tempo jamais poderão apagar do nosso coração a lembrança daquele que soube conquistar a nossa amizade.

Será grande o céu, e a paz sobre Arcide Onório e o seu descanso não terá fim desde agora e para todo o sempre.

Deus nos ensinou a falar como alguém que aprende Dele, para que saibamos dar uma palavra de conforto à pessoa abatida. Senhor, abençoei a família do senhor Arcide para que continue num ambiente de paz e harmonia construindo uma sociedade mais

humana, mais justa e mais santa, sempre no caminho do amor e da justiça. É reta a palavra do Senhor e tudo o que Ele faz merece fé. Deus ama o direito e a justiça transborda em toda a terra a sua graça. Guardará o seu Servo Arcide Onório sob a sua constante proteção, para que renovado pelos sacramentos pascais chegue à luz da ressurreição alargando os horizontes do nosso coração fazendo com que nossas preces se abram em todas as direções, para que possamos colher com fé e viver com amor os mistérios de que nos destes participar.

A Assembléia Legislativa do estado do Paraná, por intermédio deste Parlamentar, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Guareschi endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO Nº 637

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação, na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, de voto de profundo pesar pelo falecimento do professor Felício Raitani Neto, ocorrido dia 18.04.2000.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 26.04.2000.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Com 82 anos de idade faleceu, dia 18. 04.2000, o professor universitário, escritor, contista e membro da Academia Paranaense de Letras, Felício Raitani Neto, que pertencia a tradicional família paranaense.

Deixou viúva dona Noemia, 04 filhos e 09 netos.

Felício Raitani Neto publicou vários livros, entre eles, Lendas e Crendices da Infância (sua primeira obra), Conversa de Passarinho, Estórias com Amor, Prática do Processo Civil, O Beijo e mais Estórias de Amor e Letras Paranaenses (antologia que reuniu 68 escritores).

O passamento do professor Felício Raitani Neto veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de seu vasto círculo de amigos, dentre seles este lamentar.

O destino privou seus familiares do seu convívio, entretanto, no céus as mãos tem muito mais espaço para cobrirem de bênçãos a cada um de seus filhos; sua alma engrandecerá o Senhor que olhará para a condição humana de seu Servo Felício.

A tempo e a distância jamais poderão apagar do nosso coração a lembrança daquele que soube conquistar a nossa amizade.

Será grande o céu, e a paz sobre Felício Raitani Neto e o seu descanso não terá fim desde agora e para todo o sempre.

Deus nos ensinou a falar como alguém que aprende Dele, para que saibamos dar uma palavra de conforto à pessoa abatida. Senhor, abençoei a família

do professor Felício Raitani Neto para que continue num ambiente de paz e harmonia construindo uma sociedade mais humana, mais justa e mais santa, sempre no caminho do amor e da justiça. É reta a palavra do Senhor e tudo o que Ele faz merece fé. Deus ama o direito e a justiça transborda em toda a terra a sua graça. Guardará o seu Servo Felício sob a sua constante proteção, para que renovado pelos sacramentos pascais chegue à luz da ressurreição alargando os horizontes do nosso coração fazendo com que nossas preces se abram em todas as direções, para que possamos colher com fé e viver com amor os mistérios de que nos destes participar.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, por intermédio deste Parlamentar, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Raitani endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO Nº 640

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, o envio de voto de pesar, para a família do senhor Osvaldo Valério, falecido no último dia 22 de abril, no município de Cianorte.

Sala das Sessões, em 26.04.2000.

(a) EDNO GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 641

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, o envio de voto de pesar, para a família da senhora Regina Dinardim Dalla Costa, falecida no dia 26 de abril, no município de Cianorte.

Sala das Sessões, em 26.04.2000.

(a) EDNO GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 642

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, o envio de voto de pesar, para a família da senhora Maria Rampim Previate, falecida no último dia 23 de abril, no município de Cianorte.

Sala das Sessões, em 26.04.2000.

(a) EDNO GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 651

Senhor Presidente.

O Deputado que a presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, um voto de pesar, pelo falecimento do senhor Eugênio Bertê, ocorrido em 25 de abril, no município de Marechal Cândido Rondon.

Sala das Sessões, em 26.04.2000.

(a) ADEMIR BIER

REQUERIMENTO Nº 631

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam inseridos na Ata dos trabalhos do Poder Legislativo, votos de congratulações e aplausos, ao prefeito municipal Mario Roque, de Paranaguá, pela realização das festividades em comemoração dos 500 Anos do Descobrimento do Brasil, ocorrido dia 22 do corrente mês, tendo como cenário a Ilha da Cotinga, extensivos aos familiares, secretários, funcionários e demais participantes.

Sala das Sessões, em 26.04.2000.

(a) CESAR SELEME

JUSTIFICATIVA:

Tendo como cenário a Ilha da Contiga, no município de Paranaguá, no último final de semana, o prefeito Mario Roque de muitas realizações no município, realizou um evento em comemoração aos 500 Anos do Descobrimento do Brasil, onde estiveram presentes várias autoridades do município e do Estado, prestigiando as festividades destacando a “memória histórica” não só do município, mas também do Paraná, por tratar-se de um marco histórico do nosso Estado, onde em 1550 os portugueses desembarcaram e fundaram Paranaguá.

REQUERIMENTO Nº 632

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam inseridos na Ata dos trabalhos do Poder Legislativo, votos de congratulações e aplausos, ao vereador Alceu Maron do município de Paranaguá, pela realização das festividades em comemoração dos 500 Anos do Descobrimento do Brasil, ocorrido dia 22 do corrente mês, tendo como cenário a Ilha da Cotinga, extensivos aos demais organizadores, familiares e participantes.

Sala das Sessões, em 26.04.2000.

(a) CESAR SELEME

JUSTIFICATIVA:

Tendo como cenário a Ilha da Contiga, no município de Paranaguá, no último final de semana, vereador Alceu Maron, de muitas realizações na Câmara de Vereadores do município, realizou um evento em comemoração aos 500 Anos do Descobrimento do Brasil, onde estiveram presentes várias autoridades do município e do Estado, prestigiando as festividades destacando a “memória histórica” não só do município, mas também do Paraná, por tratar-se de uma marco histórico do nosso Estado, onde em 1550 os portugueses desembarcaram e fundaram Paranaguá.

REQUERIMENTO Nº 638

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, de voto de congratulações e aplausos à Faculdade de Direito de Curitiba, pela passagem do seu 50º aniversário de fundação.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência aos diretores da Faculdade Curitiba.

Sala das Sessões, em 26.04.2000.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Em abril de 1950, a Associação de Ensino Novo Ateneu (AENA), dirigida pelo professor Milton Vianna, decidiu criar um curso noturno de Direito, suprimindo carência antiga na cidade de Curitiba. No vestibular de 1951 da Universidade do Paraná, foram aprovados 346 alunos, havendo 200 vagas. Excedentes foram matriculados por um apelo ao Ministério da Educação. O caso motivou a autorização do funcionamento do curso da AENA. O governo estadual ofereceu subvenção de Cr\$500.000,00 à instituição, tão logo fosse autorizada a funcionar ou obtivesse reconhecimento federal.

As aulas na faculdade começaram apenas em março de 1952, depois de a AENA preparar as instalações e iniciar o processo para funcionamento e reconhecimento da instituição. A autorização veio em dezembro de 1951 e o reconhecimento em 1954. Em 1952 abriram-se inscrições para o primeiro exame, disputado por 198 candidatos, com 121 aprovados.

Nos primeiros 25 anos, a Faculdade de Direito de Curitiba teve como diretor o desembargador Francisco Cunha Pereira, primeiro Juiz de Menores do Estado e um dos mais importantes nomes da história do Paraná.

No relatório para obtenção do reconhecimento, o currículo dos professores (que eram da Universidade do Paraná), magistrados do Ministério Público e advogados de renome) e dos membros da diretoria, foi decisivo. Outro tópico importante foram as instalações. Na época, a AENA tinha 4 edifícios, usados pelo Colégio Novo Ateneu, que em conjunto abrigavam 29 salas de aula. À Faculdade de Direito foi destinado o pavilhão com frente para a rua Emiliano Perneta, com 11 salas de aula e um salão para auditório. O salão abriu as portas para os novos alunos em 8 de março de 1952.

As turmas eram compostas, na sua maioria, por homens, em geral com mais de 25 anos, já inseridos no mercado de trabalho. Para estes, a possibilidade de concluir um curso acadêmico era a chance de abrir novas portas.

Em fins de 1953, o prédio da faculdade, na fase final das obras, começou a ser preparado para a inauguração. Em 23 de novembro definiu-se o Dia da Justiça - 8 de dezembro - como data de inauguração. Também foi concedido ao governador Bento Munhoz da Rocha Neto o título de Professor *Honoris Causa* da Faculdade.

Os anos iniciais foram de luta, por isso a solenidade de formatura da primeira turma foi saudada

com emoção. As comemorações tiveram lugar um mês antes, com uma semana de palestras, proferidas por Themístocles Brandão Cavalcanti, José Augusto Cesar Salgado e professor Mozart Victor Russomano.

A colação de grau aconteceu no dia 11 de janeiro de 1957 nos salões do Clube Concórdia, após culto na Igreja Evangélica Batista e missa na Catedral Metropolitana. Outra celebração teve lugar no Salão Nobre, quando foi inaugurada placa alusiva à formatura.

Milton Vianna nasceu em Curitiba, no dia 27 de outubro de 1909. Em 1932 formou-se bacharel pela Faculdade de Direito do Paraná, especializando-se na área de Direito do Trabalho. Foi inspetor federal de ensino e professor de Direito do trabalho na Faculdade de Direito. Exerceu inteiramente o cargo de procurador da república, na Seção Paraná do Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Foi diretor do Curso de Legislação Sindical e do Trabalho no Paraná. Participou da fundação do Partido Trabalhista Brasileiro e concorreu ao cargo de deputado estadual, nas eleições de 1947, pelo Partido Proletário do Brasil. Foi eleito como suplente.

Milton Vianna seguia os passos de seu tio, Elysio de Oliveira Vianna, que em 1897 havia fundado o Colégio Vianna, e, em 1925, o Colégio Novo Ateneu, Milton Vianna estava entre um dos fundadores do Ginásio, que teve seus cursos noturnos reconhecidos em 1934. Era a única escola do Paraná a ter tais cursos. Em 1943 passou a ser colégio, por oferecer os cursos ginásial e colegial (clássico e científico). Nesse ano Elysio Vianna deixou a direção da escola, depois de quase 50 anos de magistério. O colégio seria integrado à AENA - Associação de Ensino Novo Ateneu fundada em 1944, pelo professor Milton Vianna e outros colaboradores.

Em 1954 a AENA começou a ampliação das instalações preparando a escola para ofertar aulas nos períodos diurno, vespertino e noturno. A AENA criou a Escola Técnica de Comércio e a Faculdade de Direito de Curitiba em 1950; o Curso Legislação Sindical e do Trabalho no Paraná, patrocinado pelo Ministério do Trabalho, em 1952; o Instituto Paranaense de Direito do Trabalho em 1958 e Instituto de Assistência Judiciária em 1959. No final da década de 50, a Escola Normal Secundária de Curitiba.

Um dos grandes ideais na vida de Milton Vianna foi a criação de um curso noturno de direito, intento realizado em 1950, com a criação da Faculdade de Direito. outro grande ideal, perseguido com afinco, foi a instalação, em Curitiba, de um Tribunal Regional do Trabalho, idéia concebida nos anos 40. Esse sonho só viria a se tornar realidade em 1976, dois anos após a sua morte, em 23 de novembro de 1974.

Após o seu falecimento, recebeu o grau de comendador do Tribunal Superior do Trabalho, por indicação do Conselho da Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho. O diploma foi expedido em 11 de agosto de 1975, no Dia do Advogado.

Seu filho, Milton Vianna Filho, em 1944, aos 11 anos de idade, já ajudava o pai no Colégio Novo Ateneu.

Em 1947, foi admitido como auxiliar de tesouraria. E, três anos depois, passou a ocupar o cargo de Tesoureiro da AENA. Bacharel em Direito pela 1ª turma da Faculdade de Direito de Curitiba, exerceu o cargo de diretor secretário da AENA, de 1959 a 1970, e de secretário da Faculdade de Direito de Curitiba de 1976 a 1980. De 1970 até o seu falecimento, a 3 de março de 1981, foi diretor superintendente da AENA, atualmente, seus filhos Milton Vianna Neto, Rosa Maria Ciani Vianna de Barros, Tânia e Danilo Vianna, representam a quarta geração desta família dedicada à educação. A diretoria técnica da AENA, Maria Ciani Vianna, transmitiu aos seus filhos os ideais e o compromisso do marido e do sogro com a educação.

Em homenagem aos pioneiros da Faculdade Curitiba, a família Vianna inaugura, nesta semana comemorativa dos 50 anos de fundação, dois bustos: um de Milton Vianna, outro de Milton Vianna Filho, expostos na sede central e no campus da Chile, respectivamente.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio deste parlamentar, parabeniza todos os diretores da Faculdade de Direito de Curitiba, aqui nominados pela bravura com que enfrentaram e vêm enfrentando as dificuldades que, sabemos são inúmeras, mas, com muito trabalho e perseverança, a família Vianna consegue manter a Faculdade como uma das melhores do País, com isso, estão recompensados, como atestado de que o sucesso é fruto do trabalho e competência. Este deputado teve a honra de ser um de seus alunos.

“Para quem caminha
em direção ao sol,
É sempre madrugada”.

(Helena Kolody)

REQUERIMENTO Nº 652

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que sejam registrados nos Anais desta sessão, votos de congratulações e aplausos ao município de Santa Terezinha de Itaipu pela passagem no dia 03 de maio, do seu 18º aniversário de emancipação política.

Sala das Sessões, em 26.04.2000.

(a) ADEMIR BIER

REQUERIMENTO Nº 657

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais desta sessão de hoje, votos de congratulações ao Conselho Regional de Contabilidade do Paraná, alusivos ao Dia do Contador, que ocorre na data de hoje.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao presidente contador Antonio Carlos Dóro, através de cor-

respondência a ser encaminhada a Rua Lourenço Pinto, 196, CEP 80010-160, Curitiba - Paraná.

Sala das Sessões, em 26.04.2000.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 658

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais desta sessão de hoje, votos de congratulações ao Sindicato da Indústria de Fabricação de Alcool do Estado do Paraná, alusivos a eleição da diretoria para o triênio 2000/2003, ocorrida no último dia 31 de março.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao presidente senhor Anísio Tormena, através de correspondência a ser encaminhada Avenida Carneiro Leão, 138, CEP 87013-080, Curitiba - Paraná.

Sala das Sessões, em 26.04.2000.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 659

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais desta sessão de hoje, votos de congratulações a Associação de Produtores de Alcool do Estado do Paraná, alusivos a eleição da Diretoria para o triênio 2000/2003, ocorrida no último dia 31 de março.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao presidente senhor Anísio Tormena, através de correspondência a ser encaminhada Avenida Carneiro Leão, 138, CEP 87013-080, Curitiba - Paraná.

Sala das Sessões, em 26.04.2000.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 660

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais desta sessão de hoje, votos de congratulações ao Sindicato da Indústria do Açúcar no Estado do Paraná, alusivos a eleição da diretoria para o triênio 2000/2003, ocorrida no último dia 31 de março.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao presidente senhor Anísio Tormena, através de correspondência a ser encaminhada Avenida Carneiro Leão, 138, CEP 87013-080, Curitiba - Paraná.

Sala das Sessões, em 26.04.2000.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 661

Senhor Presidente.

O deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições parlamentares, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de votos de congratulações ao senhor Adão José Camelo, pela realização do 7º Fecastchê e Rodeio Crioulo Interestadual.

Requer ainda, que desta decisão, seja cientificado o respectivo homenageado, na Rua São Paulo, 500, ap. 104, CEP 85806-020, Cascavel, Paraná.

Sala das Sessões, em 26.04.2000.

(a) ANTONIO BARATTER

JUSTIFICATIVA:

Do dia 28 até 30 de abril, Cascavel será considerada a capital do tradicionalismo no Paraná, por conta do 7º Fescatchê e Rodeio Crioulo Interestadual. Se trata de realização consagrada no calendário gauchesco do Estado. Promovido pelo CTG Estância Colorada e apoiado pelas demais entidades gaúchas do oeste, o festejo reúne invernadas campeiras e artísticas destacadas, tornando a competição cheia de lances emocionantes, valorizando a participação da comunidade local e regional. A população não paga ingresso.

A Estância Colorada, braço gaudério da Associação Atlética Comercial, está entre os CTG's de maior respeito e credibilidade de troféus e destacado alguns dos seus integrantes, como é o caso do atual presidente do Movimento Tradicionalista Gaúcho Paranaense, Adão Noé Camelo, entre outros.

Nestes dias deverão participar cerca de 60 entidades tradicionalistas do Paraná, Mato Grosso do Sul, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

A programação campeira iniciará sexta feira, dia 28 de abril, incluindo provas de laço categoria dupla de avô e neto, irmão, pai e filho, peão letrado, autoridade política e tradicionalista, vaca gorda, vaca parada, provas de rédea, prova do cepo e gineteada. Na artística, no domingo, dia 30 de abril, peões e prendas disputarão decimação, solista vocal, gaita piano e botão.

Diante do exposto, pelo homenageado encabeçar um movimento tão importante como o tradicionalismo gauchesco, solicito o voto favorável dos nobres Pares.

REQUERIMENTO Nº 662

Senhor Presidente.

O deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições parlamentares, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de votos de congratulações ao secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, Hitoshi Nakamura, pela conquista, por parte de sua pasta, do Certificado de Qualidade ISO 9002, conferido pelo Tecpar.

Requer ainda, que desta decisão, seja cientificado o respectivo homenageado.

Sala das Sessões, em 26.04.2000.

(a) ANTONIO CARLOS BARATER

JUSTIFICATIVA:

A Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos acaba de conquistar o Certificado de Qualidade ISO 9002, conferido pelo Tecpar.

Este título de reconhecimento nacional e internacional, coloca o Paraná, na área do Meio Ambiente, como referência em termos de qualificação organizacional, o que, ao lado da elaboração e execução de bons projetos da área ambiental, nos dará credibilidade junto aos organismos de todo o mundo como parceiros das ações ambientais do Estado.

A obtenção deste título é o resultado de um trabalho muito árduo, meses a fio, quando foi possível acompanhar e avaliar o alto espírito de dedicação, profissionalismo e de equipe demonstrado pelos funcionários da Sema, imprescindíveis para a conquista deste troféu.

Por esta razão gostaria de homenagear todos os funcionários da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, em nome do seu secretário Hitoshi Nakamura, pelo brilhante trabalho que vem desenvolvendo em todo o Paraná, contribuindo significativamente para a melhoria da qualidade de vida da população do nosso Estado. Este prêmio também abre novas perspectivas na busca de investimentos e parcerias para o nosso Estado.

Diante do exposto, solicito o voto favorável dos nobres pares.

REQUERIMENTO Nº 663

Senhor Presidente.

O deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições parlamentares, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de votos de congratulações ao secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, Hitoshi Nakamura, pela conquista, por parte de sua pasta, do Certificado de Qualidade ISO 9002, conferido pelo Tecpar.

Requer ainda, que desta decisão, seja cientificado o respectivo homenageado.

Sala das Sessões, em 26.04.2000.

(a) ANTONIO CARLOS BARATER

JUSTIFICATIVA:

A Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos acaba de conquistar o Certificado de Qualidade ISO 9002, conferido pelo Tecpar.

Este título de reconhecimento nacional e internacional, coloca o Paraná, na área do Meio Ambiente, como referência em termos de qualificação organizacional, o que, ao lado da elaboração e execução de bons projetos da área ambiental, nos dará credibilidade junto aos organismos de todo o mundo como parceiros das ações ambientais do Estado.

A obtenção deste título é o resultado de um trabalho muito árduo, meses a fio, quando foi possível acompanhar e avaliar o alto espírito de dedicação, profissionalismo e de equipe demonstrado pelos funcionários da Sema, imprescindíveis para a conquista deste troféu.

Por esta razão gostaria de homenagear todos os funcionários da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, em nome do seu secretário Hitoshi Nakamura, pelo brilhante trabalho que vem desenvolvendo em todo o Paraná, contribuindo significativamente para a melhoria da qualidade de vida da população do nosso Estado. Este prêmio também abre novas perspectivas na busca de investimentos e parcerias para o nosso Estado.

Diante do exposto, solicito o voto favorável dos nobres Pares.

REQUERIMENTO Nº 665

Senhor Presidente.

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta sessão, votos de louvor, congratulações e muito aplauso ao casal Luiz Carlos Ferreira de Melo e Maria Dias de Melo que completou 25 anos de união conjugal, celebrando botas de prata.

Foram muitos anos de vida comum, de mãos dadas na alegria, no sofrimento e também nas divergências, hoje fortalecidos e comemorados com muito orgulho. Em todos os momentos compartilhados juntos, o amor foi mais forte, provando que a confiança, a fidelidade e a ternura solidificam ainda mais os laços de sua união. Ao renovarem o compromisso assumido ao longo de todos estes anos, pedimos a Deus que inunde os seus corações com alegria e paz, para que possam continuar vivendo intensamente esta aliança, unidos à família, a amigos e conhecidos.

Somamos aos demais Pares desta Casa de Leis os nossos cumprimentos.

Sala das Sessões, em 26.04.2000.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 675

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, o envio de votos de congratulações o doutor Robson Marques Cury (Palácio da Justiça - Curitiba), por ter assumido vaga no Tribunal de Alçada do Paraná.

Sala das Sessões, em 26.04.2000.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

O magistrado Robson Marques Cury foi promovido em sessão especial do Tribunal de Alçada. Com 23 anos de magistratura, Marques Cury passará a integrar a 6ª Câmara Cível. A posse está marcada para a primeira quinzena do próximo mês. Ele vai substituir Carlos Alberto Raitani Condessa.

O novo juiz do Tribunal de Alçada nasceu em Tibagi e se formou em Direito pela Faculdade de Direito de Curitiba, em 1972.

No ano seguinte, graduou-se em Ciências Econômicas pela Fundação de Estudos Sociais do Paraná.

Marques Cury também foi professor na Faculdade de Administração de União da Vitória, em 1978, na Unioeste - Universidade do Oeste do Paraná (de 1982 a 1990) e na Escola de Magistratura (em 1996).

O juiz ingressou na carreira como magistrado adjunto da Seção Judiciária de União da Vitória, em 1977. Depois, passou por Dois Vizinhos, Cerro Azul, Toledo e Cascavel.

Em 1990, foi promovido para Curitiba. Na Capital, atuou nos juizados especiais, na Vara da Infância e da Juventude, 15ª Vara Cível e 10ª Vara Criminal.

Desde 1994, Marques Junior atuava como juiz convocado no Tribunal de Alçada e no Tribunal de Justiça. Em 1995, ele assumiu o cargo de juiz substituto em segundo grau.

Pela posse, receba o doutor Robson Marques Cury, os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 676

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações à Faculdade de Direito de Curitiba (Rua Emiliano Perneta, 268 - Curitiba) pela comemoração de seus 50 anos.

Sala das Sessões em 26.04.2000.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

Na sexta-feira (21.04.2000) a Faculdade de Direito de Curitiba comemorou 50 anos de fundação. A instituição tradicional no Paraná está instalada na mesma sede ao longo destes anos: Rua Emiliano Perneta, nº 268 e foi inaugurada pelo advogado Milton Vianna e autorizada a funcionar em 1951. Ela surgiu após conquistas de haver carência de cursos de direito na nossa Capital, para permitir que estudante que trabalhassem durante o dia e pudessem fazer o curso no período noturno. Os dois primeiros exames foram realizados em 1952, mas a faculdade só foi reconhecida como tal, dois anos mais tarde.

No início Direito, era o único curso disponível na instituição, mas a partir de 1998, foram abertas graduações em Relações Internacionais, Publicidade e Propaganda, Administração e Turismo.

Hoje, conta ainda com cursos de pós-graduação nas áreas de Direito do Comércio, Tributário e do Trabalho. São ao todo 2.307 alunos.

Da instituição, saíram personalidades de destaque do Paraná, como o advogado José Cid Campelo e os deputados Marcos Isfer e Dino Almeida e nestes anos todos a Faculdade vem mostrando resultado e eficiência em seu trabalho. Ela forma anual-

mente diversos advogados competentes e de grande importância no Estado.

Hoje, no tribunal de Justiça do Paraná, há pelo menos 6 desembargadores, que saíram da instituição

Pela comemoração de seus gloriosos 50 anos, receba a Faculdade de Direito de Curitiba, os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 677

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações à Ronda da Caridade da Legião da Boa Vontade (Rua Padre Estanislau Trezebiatowski, 200 - Curitiba), pela comemoração de seus 39 anos.

Sala das Sessões, em 26.04.2000.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

A Ronda da Caridade da Legião da Boa Vontade (LBV) está completando 39 anos em Curitiba. O trabalho feito por voluntários que distribuem alimentos e agasalhos a pessoas carentes, está voltando às comunidades este ano. Até o ano passado, a prioridade era atender os moradores de rua de Curitiba, com a entrega de comida nas praças centrais. Mais tarde o trabalho se estendeu com o atendimento de comunidades como a Vila Pantanal em Curitiba e bairros de Araucária.

Nas noites mais frias deste inverno o sopão voltará a ser distribuído nas praças centrais de nossa Capital. Os voluntários recolhem alimento na Ceasa e nas feiras-livres e preparam as refeições na cozinha da Escola de Educação Infantil José de Paiva Netto, localizada no bairro Boqueirão.

A Legião da Boa Vontade mantém esta Escola que atende 130 crianças de zero a seis anos. Além do currículo base, elas têm aulas de moral ecumênica nas quais são mostradas lições de solidariedade, pois a filosofia da instituição é de que as crianças não podem ser doutrinadas somente com conhecimento material.

Pela comemoração de seus gloriosos 39 anos, receba a Ronda da Caridade da Legião da Boa Vontade, os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 681

Senhor Presidente.

O deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja inserido em Ata deste Poder Legislativo, votos de louvor e congratulações ao estudante Antonio Carlos Basílio da Silva, pelo recebimento do prêmio Personalidade Empreendedora ofertado pela União das Associações de Empregados da Cidade Industrial de Curitiba e Região Metropolitana e do Estado do Paraná.

Requer ainda, que a decisão desta Casa seja levada para conhecimento da Presidência do Diretório Central

dos Estudantes (41-330-1315) e a Federação Paranaense de Desportos Universitário.

Sala das Sessões, em 26.04.2000.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

JUSTIFICATIVA:

O estudante de Letras/Português da PUC/PR, Antonio Carlos Basílio da Silva, 30 anos, nascido em Arapongas/PR, diretor do Diretório Central dos Estudantes da PUC/PR - DCE, diretor de Comunicação Social da Federação Paranaense de Desporto Universitário, ganhou em 1992 o prêmio Jovens Destacados de Curitiba, oferecido pela Câmara Junior Empresarial desta Capital, neste mesmo ano foi idealizador da Lei Municipal nº 7919/92 que obriga as escolas da rede pública a realizarem palestras preventivas sobre drogas, cujo projeto foi apresentado com a valiosa colaboração do vereador Mário Celso Cunha; em 1995 foi novamente batalhador de idêntico projeto que resultou na Lei Estadual nº 11273/95 pelo deputado Nelson Garcia.

Em 1992, elaborou projetos em defesa do esporte para sociedade paranaense e brasileira: projeto Esportivo para Municípios, através da Secretaria de Esporte e Turismo do Estado; Projeto de Modernização de Serviço da Previdência Social para o INSS.

Em sua comunidade foi diretor esportivo por 3 mandatos consecutivos nas gestões 1989 a 1990, 1990 a 1991 e 1991 a 1992, na Associação dos Moradores do conjunto Paineiras, no bairro Barreirinha, Foi defensor de importante projeto para estudantes universitários através da proposta de modificação do crédito educativo e que foram acatadas parcialmente pelo Ministério da Educação abrindo novas oportunidades para aquisição de bolsas de estudos.

Autor ainda de inúmeras propostas de incentivo ao esporte amador e ao desporto universitário.

Pela lista de trabalhos em defesa da população paranaense, iniciativas totalmente elogiáveis, Antonio Carlos Basílio da Silva, é merecedor do nosso respeito através de votos de louvor desta Casa de Leis.

REQUERIMENTO Nº 643

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de voto de repúdio ao senhor Hitoshi Nakamura, secretário de Estado do Meio Ambiente, pela autorização para o desmatamento de aproximadamente 100 alqueires, efetuado no Parque Cinturão Verde, no município de Cianorte.

Sala das Sessões, em 26.04.2000.

(a) EDNO GUIMARÃES

JUSTIFICATIVA:

A indignação consiste no fato de que a mata que vem sendo colocada abaixo, de modo intensamente rápido, trata-se de abrigo para a fauna local, com árvores adultas, muitas delas tratando inclusive de perobas e outras de singular importância.

Entre as centenas de árvores do cinturão verde que estão sendo derrubadas, há várias espécies nativas, como a Peroba Rosa, lembrando que a Peroba Rosa, de acordo com a lei municipal, é árvore símbolo do município de Cianorte.

De acordo com a Lei Municipal nº 008/2000 de Cianorte, ficou criado o Parque Cinturão Verde. Alguns artigos da lei ilustram bem o descumprimento da legislação:

Art. 3º - “O Parque Cinturão Verde tem por finalidade conciliar a proteção da flora, fauna e dos demais recursos ambientais com a utilização para objetivos educacionais, científicos e de lazer.”

Art. 5º - “Fica proibida a supressão total ou parcial da vegetação florestal existentes nos lotes de terras constantes desta lei.”

Art. 7º - “A destruição da moita, bem como a inobservância das normas aplicáveis, especialmente as previstas no plano de manejo, constituirá degradação ambiental, conforme definição na Lei Federal nº 6.938/81, sujeitando os infratores às sanções administrativas, civis e penais, nos termos da legislação em vigor...”

REQUERIMENTO Nº 644

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de voto de repúdio ao senhor Flávio Vieira, prefeito municipal de Cianorte, pela autorização para o desmatamento de aproximadamente 100 alqueires, efetuado no Parque Cinturão Verde, no município de Cianorte.

Sala das Sessões, em 26.04.2000.

(a) EDNO GUIMARÃES

JUSTIFICATIVA:

A indignação consiste no fato de que a mata que vem sendo colocada abaixo, de modo intensamente rápido, trata-se de abrigo para a fauna local, com árvores adultas, muitas delas tratando inclusive de perobas e outras de singular importância.

Entre as centenas de árvores do cinturão verde que estão sendo derrubadas, há várias espécies nativas, como a Peroba Rosa, lembrando que a Peroba Rosa, de acordo com a lei municipal, é árvore símbolo do município de Cianorte.

De acordo com a Lei Municipal nº 008/2000 de Cianorte, ficou criado o Parque Cinturão Verde. Alguns artigos da lei ilustram bem o descumprimento da legislação:

Art. 3º - “O Parque Cinturão Verde tem por finalidade conciliar a proteção da flora, fauna e dos demais recursos ambientais com a utilização para objetivos educacionais, científicos e de lazer.”

Art. 5º - “Fica proibida a supressão total ou parcial da vegetação florestal existentes nos lotes de terras constantes desta lei.”

Art. 7º - “A destruição da moita, bem como a inobservância das normas aplicáveis, especialmente as previstas no plano de manejo, constituirá degradação ambiental, conforme definição na Lei Federal nº 6.938/81, sujeitando os infratores às sanções administrativas, civis e penais, nos termos da legislação em vigor...”.

REQUERIMENTO Nº 684-A

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de voto de repúdio ao senhor José Antonio Andreguetto, diretor-presidente do IAP, pela autorização para o desmatamento de aproximadamente 100 alqueires, efetuado no Parque Cinturão Verde, no município de Cianorte.

Sala das Sessões, em 26.04.2000.

(a) EDNO GUIMARÃES

JUSTIFICATIVA:

A indignação consiste no fato de que a mata que vem sendo colocada abaixo, de modo intensamente rápido, trata-se de abrigo para a fauna local, com árvores adultas, muitas delas tratando inclusive de perobas e outras de singular importância.

Entre as centenas de árvores do cinturão verde que estão sendo derrubadas, há várias espécies nativas, como a Peroba Rosa, lembrando que a Peroba Rosa, de acordo com a lei municipal, é árvore símbolo do município de Cianorte.

De acordo com a Lei Municipal nº 008/2000 de Cianorte, ficou criado o Parque Cinturão Verde. Alguns artigos da lei ilustram bem o descumprimento da legislação:

Art. 3º - “O Parque Cinturão Verde tem por finalidade conciliar a proteção da flora, fauna e dos demais recursos ambientais com a utilização para objetivos educacionais, científicos e de lazer.”

Art. 5º - “Fica proibida a supressão total ou parcial da vegetação florestal existentes nos lotes de terras constantes desta lei.”

Art. 7º - “A destruição da moita, bem como a inobservância das normas aplicáveis, especialmente as previstas no plano de manejo, constituirá degradação ambiental, conforme definição na Lei Federal nº 6.938/81, sujeitando os infratores às sanções administrativas, civis e penais, nos termos da legislação em vigor...”.

REQUERIMENTO Nº 629

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, oficie-se ao governador do Estado do Paraná, Jaime Lerner, bem como ao diretor presidente da Companhia de Saneamento do Paraná - Sanepar, doutor Carlos Afonso Teixeira de Freitas, no sentido de que aquela empresa estude a viabilidade de diminuição da taxa de esgoto, cobrada proporcionalmente à tarifa de água, de 80% para 50%, conforme justifica.

Sala das Sessões, em 26.04.2000.

(a) RICARDO MAIA

JUSTIFICATIVA:

Apesar das explicações já dadas pela Sanepar sobre a taxa de esgoto, hoje no percentual de 80% da tarifa de água consumida pelo usuário, há, no entanto, ponderações a serem feitas para diminuição dessa taxa, de 80% para 50%:

a) há outros Estados do Brasil que praticam taxas mais baixas;

b) a inadimplência continuará sendo maior, caso persista a taxa de 80%;

c) há que se considerar a situação econômica do país e do Estado do Paraná, com dificuldades para famílias de baixa e de pequena renda, pois, em todas as famílias existem desempregados;

d) a diminuição da taxa de esgoto virá melhorar as perspectiva dos usuários com relação às obrigações mensais de pagamentos.

REQUERIMENTO Nº 633

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente a Excelentíssima senhora Maria Elisa Ferraz Paciornik, secretária de Estado da Administração, no sentido de determinar a agilização aos processos de aposentadoria, contagem de tempo e revisão de proventos, conforme Lei nº 11.311/96.

Sala das Sessões, em 26.04.2000.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Há cerca de 5 (cinco) anos, constatando que estava ocorrendo injustificada demora na tramitação dos processos de concessão de aposentadorias no Serviço Público Estadual, apresentamos Projeto de Lei nº 479/95 visando dar ao Poder Executivo meios legais para providenciar que os processos de aposentadoria, contagem de tempo e revisão de proventos fossem devidamente agilizados. O projeto previu inclusive um prazo máximo - 90 dias, contados a partir da data do Protocolo - julgado adequado, prevendo também a responsabilização do funcionário causador do atraso ou retardamento.

O referido projeto de lei foi aprovado pelo Plenário deste parlamento e sancionado pelo Excelentíssimo senhor governador Jaime Lerner no dia 10 de janeiro de 1996, tomando - como Lei - o nº 11.311.

Constatamos, entristecidos, que a aludida lei não vem sendo cumprida, uma vez que temos recebido certamente reclamações de servidores públicos que após cumprido seu tempo regular de trabalho ao povo paranaense e suas obrigações contributivas, são submetidas a longos meses de espera, muito mais do que os 90 dias previstos na lei, alguns casos, com mais de um ano para terem seus processos concluídos. Isso é inaceitável, porque o benefício da inatividade é um prêmio mais do que merecido e um direito sagrado de trabalhador.

Por isso estamos propondo este requerimento endereçado a Excelentíssima senhora secretária da Administração, Maria Elisa Ferraz Pacionnik, no sentido que a Lei nº 11.311/96 seja devidamente observada, evitando que os servidores estaduais continuem sendo prejudicados no atendimento de seus sagrados direitos de aposentadoria e outros processos pertinentes.

REQUERIMENTO Nº 650

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente a senhora Alcyone Saliba, secretária de Estado da Educação, para que seja definido com a máxima urgência a instalação elétrica para a área de informática do Colégio Estadual Barão de Capanema, no município de Prudentópolis.

Sala das Sessões, em 26.04.2000.

(a) ADEMIR BIER

JUSTIFICATIVA:

É de máxima urgência a definição da rede elétrica na área de informática do Colégio Estadual Barão de Capanema, no município de Prudentópolis. Deve-se salientar que os equipamentos de informática estão a disposição dos alunos e professores, mas infelizmente não podem ser utilizados pela falta da instalação elétrica apropriada, tal pedido encontra-se há vários meses protocolado sob nº 4.246.578-0 sem resposta a solicitação do referido colégio.

Assim sendo, temos a certeza do apoio dos nobres Pares para a aprovação deste requerimento pela grandeza da medida nele proposto.

REQUERIMENTO Nº 653

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente à senhora Alcyone Saliba, secretária de Estado da Educação e à senhora Denize Margareth Basgal, diretora da Fundepar, para que seja liberado com a máxima urgência um aparelho de vídeo cassete para uso exclusivo do Colégio Estadual Mário José Zancanaro, na localidade de São Judas Tadeu, no município de São Pedro do Iguaçu.

Sala das Sessões, em 26.04.2000.

(a) ADEMIR BIER

JUSTIFICATIVA:

É de máxima urgência a liberação de um aparelho de vídeo cassete para que os professores possam desenvolver um trabalho dinâmico e moderno em prol dos alunos do Colégio Estadual Mário José Zancanaro, na localidade de São Judas Tadeu, pois deve-se salientar que o aparelho que o colégio possuía foi furtado e não mais recuperado.

Assim sendo, temos a certeza do apoio dos nobres Pares para a aprovação deste requerimento pela grandeza da medida nele proposto.

REQUERIMENTO Nº 654

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente à senhora Denize Margareth Basgal, diretora da Fundepar, para que seja definido com a máxima urgência a celebração de Convênio com o município de São Pedro do Iguaçu, objetivando a cobertura da quadra de esportes do Colégio Estadual Evaldo Talyuly, no distrito de Luz Marina, no município de São Pedro do Iguaçu.

Requer ainda, que do presente se dê ciência ao senhor vereador Walter Vicente Calixto, através de correspondência a ser encaminhada à Câmara Municipal de São Pedro do Iguaçu - Rua São Paulo, 1020 - CEP 85.929-000 - São Pedro do Iguaçu - PR.

Sala das Sessões, em 26.04.2000.

(a) ADEMIR BIER

JUSTIFICATIVA:

É de máxima urgência a definição da celebração de convênio, objetivando a cobertura da quadra de esportes do Colégio Estadual Evaldo Talyuly, no distrito de Luz Marina, no município de São Pedro do Iguaçu, deve-se salientar que a referida cobertura irá beneficiar os alunos na prática de esportes e nas aulas de educação física.

Assim sendo, temos a certeza do apoio dos nobres Pares para a aprovação deste requerimento pela grandeza da medida nele proposto.

REQUERIMENTO Nº 655

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente ao senhor Antônio Poloni secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento, encaminhando solicitação da Câmara Municipal de São Pedro do Iguaçu, no sentido de ser destinado um espalhador de calcário tratorizado para o município de São Pedro do Iguaçu.

Requer ainda, que do presente se dê ciência aos senhores vereadores Walter Vicente Calixto, Maurílio Pereira Silva e a senhora vereadora Elvira Mamede de Santana, através de correspondência a ser encaminhada à Câmara Municipal, situada na Rua São Paulo, 1020 - CEP 85929-000 - São Pedro do Iguaçu - Paraná.

Sala das Sessões, em 26.04.2000.

(a) ADEMIR BIER

JUSTIFICATIVA:

O município de São Pedro do Iguaçu possui na sua área rural constituída por 80% de propriedades rurais de pequenos porte, sem condições de investir na correção do solo para aumento da produção. Com o espalhador de calcário tratorizado a disposição desses produtores seria sobremaneira um benefício ímpar e utilíssimo para a melhoria da fertilidade do solo.

Assim sendo, temos a certeza do apoio dos nobres pares para a aprovação deste requerimento pela grandeza da medida nele proposto.

REQUERIMENTO Nº 666

Senhor Presidente.;

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de atender o pedido dos moradores da Rua Lamenha Lins, que solicitam policiamento em uma casa abandonada sita no nº 2.115 dessa rua, a qual está prestes a desabar. À noite, desocupados pulam o muro das casas vizinhas para entrar na casa abandonada. Pedem providências urgentes, a fim de evitar-se algum acontecimento mais grave.

Sala das Sessões, em 26.04.2000.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 667

Senhor Presidente.

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de determinar policiamento ostensivo na Rua Francis Bacon, mais precisamente nas proximidades da Escola Estadual Padre João Wislinski - bairro Santa Cândida. O local tem sido visitado constantemente pelos desocupados que têm onerado pais, alunos e professores, desequilibrando a escola de educação, a construção de uma casa para vigia, forma encontrada para minimizar os problemas. Mas, faz-se necessário a presença de policiais no período noturno e nos finais de semana, pois, com essa ronda, temos certeza que intimidará esses desocupados e depredadores do erário público.

Sala das Sessões, em 26.04.2000.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 668

Senhor Presidente.

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de atender o pedido dos moradores do bairro Cajuru, mais especificamente da Rua Reverendo Lauro de Castro, que pedem policiamento ostensivo em todo o bairro, 24 horas, ininterruptamente. Afirmam eles que inúmeros assaltos ocorrem dia e noite, deixando toda a comunidade muito apreensiva e somente a presença de policiais inibirá a ação dos assaltantes.

Sala das Sessões, em 26.04.2000.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 669

Senhor Presidente.

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Pinhais, no sentido de atender o pedido da senhora Icléia Costacurta, residente à Rua Batista Ramos nº 128 - bairro Atuba, que pede reparos na rua em que reside, tendo em vista a mesma encontrar-se intransitável. Se necessário, recomendamos contato com a requerente pelo telefone 665-6274.

Sala das Sessões, em 26.04.2000.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 670

Senhor Presidente.

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais, no sentido de reiterar o pedido da senhora Maria do Nascimento Paveloski, referente aos reparos no canal extravasor da rua em que reside e limpeza das ruas do bairro, conforme solicitação feita através do Ofício LCM/AL/17.169, via fax, em 11.02.99. Infelizmente até a presente data a solicitação não foi atendida, motivo pelo qual a senhora Maria refaz o mesmo. Pede ainda, além da limpeza da rua, a implantação de anti-pó. Trata-se de uma antiga reivindicação dos moradores o anti-pó, o qual já foi prometido por essa municipalidade e até agora não concretizado. Pede-se urgência no atendimento do presente. Se necessário, recomendamos contato com a requerente pelo telefone 283-6313.

Sala das Sessões, em 26.04.2000.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 671

Senhor Presidente.

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Almirante Tamandaré, no sentido de atender o pedido da senhora Odete de Lima Cord-eiro, residente à Rua Santa Cândida nº 600 - Parque São Jorge, que pede reparos na rua em que reside, devido ao péssimo estado em que se encontra. Reclama também, da taxa de lixo que é cobrada, pois o caminhão de lixo não passa em sua residência e ela necessita deslocar-se mais ou menos 600 metros para deixá-lo na rua principal. Pede, então, que a cobrança dessa taxa seja revista, ou que o caminhão passe para apanhar o lixo de sua residência. Se necessário, recomendamos contato com a requerente pelo telefone 362-1374.

Sala das Sessões, em 26.04.2000.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 672

Senhor Presidente.

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Pinhais, no sentido de atender o pedido da senhora Vera Pereira, residente à Rua Mandaguaçu, 219 - Vila Pernetá, a qual, em nome dos moradores do bairro em que reside, pedem a implantação de anti-pó na rua em que reside.

Pede também, iluminação pública, tendo em vista que o local fica muito escuro à noite, favorecendo o risco de assaltos e outros acontecimentos mais graves para a comunidade.

Pedem urgência no atendimento do presente, uma vez que esses dois problemas estão causando muitos transtornos para todos os moradores. Se necessário, recomendamos contato com a requerente pelo telefone 868-2135.

Sala das sessões, em 26.04.2000.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 673

Senhor Presidente.

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Pinhais, no sentido de atender o pedido da senhora Rosane Aparecida Farias, residente à Rua Genoveva Forlepa Kopka, 1056 - Jardim Boa Esperança, a qual, em nome dos moradores do bairro, pede a implantação de uma linha de ônibus para atender essa comunidade.

Afirmamos a senhora Rosane que os moradores necessitam deslocar-se mais ou menos 1 km para o ponto de ônibus mais próximo. Porém, os usuários têm que passar por um matagal e vários deles já foram assaltados, principalmente à noite quando o local fica muito perigoso. A situação que eles estão passando é muito crítica, pois além de assaltos, ocorrências mais graves podem acontecer.

Em outubro do ano passado foi realizada uma reunião com o prefeito, sendo prometido que dentro de no máximo um mês e meio a linha seria implantada, mas passados seis meses, os moradores ainda não dispõem do benefício.

Pede-se urgência no atendimento do presente.

Se necessário, recomendamos contato com a requerente pelo telefone 668-4728.

Sala das Sessões, em 26.04.2000.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 678

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente à SUDERHSA, reforçando solicitação de recursos da ordem de R\$80.000,00 para aquisição de caminhão coletor de lixo

para o município de Wenceslau Braz, cujo processo foi protocolado naquele órgão sob nº 4.314.101-5.

Sala de Sessões, em 26.04.2000.

(a) ALGACI TULIO

REQUERIMENTO Nº 679

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente à Secretaria de Estado Especial da Fundepar, reforçando solicitação de recursos da ordem de R\$50.000,00 para aquisição de ônibus escolar para o município de Wenceslau Braz, cujo processo foi protocolado naquele órgão sob nº 4.314.100-7.

Sala de Sessões, em 26.04.2000.

(a) ALGACI TULIO

REQUERIMENTO Nº 680

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente à Secretaria de Estado do Esporte e Turismo, reforçando solicitação de recursos da ordem de R\$50.000,00 para construção de quadra esportiva na Vila Santa Madalena, do município de Wenceslau Braz, cujo processo foi protocolado naquele órgão sob nº 4.314.099-0.

Sala de Sessões, em 26.04.2000.

(a) ALGACI TULIO

REQUEIRIMENTO Nº 639

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, REQUER, ouvido o douto Plenário, o encaminhamento de votos de louvor à Faculdade de Direito de Curitiba, mantida pela Associação de Ensino Novo Ateneu, pela passagem de seus cinquenta anos de funcionamento.

Instituída em abril de 1950, através dos esforços do eminente professor Milton Vianna, a Faculdade de Direito de Curitiba, com a cooperação inicial de Divonsir Borba Corte, Ary Florêncio Guimarães, Sati-las Camargo, Edgar Sampaio, Felipe Souza Miranda (e Felipe Souza Miranda Junior), Felício Raitani Junior, Arthur Almeida, João de Souza Ferreira, Segismundo Gradowski, Francisco da Cunha Pereira, José Munhoz de Melo, Francisco Accioly Filho, Lauro Fabrício de Melo Pinto Cid Campelo e atualmente de outros tantos zelosos e dignos professores, tem formando gerações de especialistas em Direito, verdadeiros construtores da sociedade e do estado democrático de direito.

Pede ainda a transcrição nos Anais da Casa do material jornalístico em anexo.

Sala das Sessões, em 26.04.2000.

(a) BETO RICHÁ

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 120/2000
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Marumbi, com sede no município de Marumbi e foro no município de Jandaia do Sul.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 26.04.2000.

(a) NELSON JUSTUS

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Marumbi, tem por objetivo promover medidas de âmbito municipal que visem assegurar o ajustamento e o bem-estar dos excepcionais, coordenando e executando programas integrados com a Federação das APAE's do Estado e com a Federação Nacional das APAE's.

Isto posto, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da presente proposição.

PROJETO DE LEI Nº 121/2000
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Fundação para o Desenvolvimento do Centro do Paraná, com sede e foro no município de Pitanga.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26.04.2000.

(a) CEZAR SILVESTRI

JUSTIFICATIVA:

A Fundação para o Desenvolvimento do Centro do Paraná tem por finalidade prover os meios para a realização e o desenvolvimento da pesquisa, em todos os campos de abrangência, principalmente a científica, a tecnológica e a ambiental, e promover a cultura, a educação ou ensino superior, a saúde, a assistência social e a comunicação.

Por estas e outras razões que só enaltecem o papel da Fundação para o Desenvolvimento do Centro do Paraná, esperamos o apoio dos nobres deputados para a aprovação da matéria.

PROJETO DE LEI Nº 122/2000
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Moradores e Amigos da Vila Brasil, com sede e foro no Município de Marialva.

Art. 2º - A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições que a contrariem.

Sala das Sessões em 26.04.2000

(a) RICARDO MAIA

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Moradores e Amigos da Vila Rural, com sede em Marialva, à Rua Formosa, 1571, na Vila Brasil, é uma "entidade de fins não lucrativos, de caráter representativo, reivindicatório, beneficente, educativo, visando a solução dos problemas do bairro e contribuindo para a promoção de pessoas humanas".

(Art. 1º do Estatuto).

A associação de moradores terá, além de outras, as seguintes finalidades:

"a) congregar moradores do referido bairro e outros que venham a integrar a associação, apoiando suas legítimas aspirações, pugnando por seus interesses e direitos;"

"b) estimular o espírito de solidariedade e comunidade entre os moradores integrantes da associação, no sentido de desenvolver, promover e melhorar as condições de vida dos mesmos e da localidade;"

.....

"e) manter trabalho de cultura, educação, saúde e lazer em benefício dos associados e moradores em geral;"

.....

"g) manter creches, orfanatos, lares ou asilos para pessoas idosas, com lazer, proteção ao meio ambiente; manter tradições culturais, folclóricas, sem distinção de raça, cor, sexo e religião, sempre em benefício dos moradores do bairro, afim de se obter a elevação de qualidade de vida dos mesmos;"

(Art. 3º do Estatuto)

São condições de funcionamento da Associação:

"a) a observância das leis vigentes;

"b) gratuidade no exercício dos cargos eletivos."

(Art. 4º do Estatuto).

No caso de extinção da entidade, de acordo com seus estatutos sociais, "o seu patrimônio social será doado a entidades congêneres ou semelhantes deste município, para ser aplicado nas mesmas finalidades."

(Art. 67 do Estatuto)

Em anexo, a documentação necessária para apreciação e aprovação do presente projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 123/2000
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Sociedade Beneficente Filhos de Deus, município de Cianorte, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões em 26.04.2000.

(a) EDNO GUIMARÃES

JUSTIFICATIVA:

A Sociedade Beneficente Filhos de Deus, com sede na gleba patrimonial de Cianorte, s/n - lote 9 - A, município de Cianorte, é uma sociedade civil de caráter filantrópico, que tem por finalidade proteger e sustentar gratuitamente pessoas com mais de 65 anos, desprovidos de recursos, sem amparo familiar e incapazes para o trabalho, sem distinção de raça, cor ou religião.

A Diretoria daquela sociedade, Congregação de Irmãs de Caridade, coordenação da Renovação Católica de Cianorte realizam importante trabalho de amparo aos idosos que buscam ajuda nas mais diferentes áreas.

Considerando os motivos citados, contamos com o apoio dos senhores deputados para a aprovação da proposição ora apresentada.

PROJETO DE LEI Nº 124/2000

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública o Provopar - Programa do Voluntariado Paranaense, com sede e foro no município de Apucarana.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 26.04.2000.

(a) NELSON JUSTUS

JUSTIFICATIVA:

O Provopar - Programa do Voluntariado Paranaense, com sede em Apucarana, é uma sociedade civil, sem fins lucrativos, com finalidades filantrópicas, que realiza trabalhos de natureza assistencial, cultural e social.

Isto posto, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da presente proposição.

PROJETO DE LEI Nº 125/2000

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Apucarana, com sede e foro no município de Apucarana.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 26.04.2000.

(a) NELSON JUSTUS

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Apucarana, fundada em 08 de maio de 1984, tem por objetivo desenvolver ações que concorram para o atendimento simultâneo da mulher, da criança e do adolescente, dentro de um conceito familiar nas áreas que interferem diretamente no seu desenvolvimento, educação, saúde, nutrição, saneamento, para oferecer uma proteção integral aos direitos da cidadania.

Isto posto, esperamos contar com o apoio dos nobres pares para a aprovação da presente proposição.

PROJETO DE LEI Nº 126/2000

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública o Grupo Empresarial de Apoio ao Atleta Profissional Geapec, com sede e foro no município de Londrina.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 26.04.2000.

(a) ANTONIO CARLOS BELINATI

JUSTIFICATIVA:

O Grupo Empresarial de Apoio ao Atleta Profissional - Geapec, foi fundado em 03 de janeiro de 1989, na cidade de Londrina, cuja finalidade é a difusão do civismo e da cultura física, principalmente o futebol e o futebol de salão.

Além das atividades dispostas no relatório de atividades, cabe salientar que nos meses de novembro até a data de hoje, a Associação está envolvida no "Projeto Novos Talentos", em parceria com a CBF - Confederação Brasileira de Futebol, FPF - Federação Paranaense de Futebol, Londrina Esporte Clube, Universidade Estadual de Londrina, Fael - Fundação de Apoio e Desenvolvimento da Universidade Estadual de Londrina, Codel - Companhia de Desenvolvimento de Londrina e Prefeitura de Londrina.

O referido projeto consiste em trazer meninos na faixa de 14 a 20 anos de idade para o aprendizado dos fundamentos básicos do futebol em Londrina, em parceria com as empresas e órgãos públicos já citados. Estão abertas inscrições inclusive para japoneses, chineses, coreanos, mexicanos e americanos, além de jovens de outras nacionalidades que estão sendo aguardados.

Trata-se de trabalho essencial para garantir melhor qualidade de vida sobretudo para jovens oriundos de famílias carentes de recursos financeiros, pois garante alojamento e alimentação para os participantes do projeto.

PROJETO DE LEI Nº 127/2000

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Moradores do Distrito de Alecrim, com sede e foro no município de Curiúva/Pr.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 26.04.2000.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Moradores do Distrito de Alecrim, localizada no município de Curiúva, é instituição sem fins lucrativos, sendo entidade máxima de representação, reivindicação, coordenação e defesa dos interesses gerais dos moradores.

Com a participação de todos os membros em busca de um objetivo comum - de proporcionar a melhoria da qualidade de vida da população, a Associação conseguiu, através de doações e campanhas, materiais que possibilitaram a realização de obras nas quais a comunidade auxiliou com mão-de-obra.

Com o esforço de todos os membros, a Associação de Moradores do Distrito do Alecrim tem trabalhado em busca de melhorias para os moradores locais.

Sendo assim, solicitamos o apoio dos nobres pares para a aprovação do presente projeto de lei.

Projeto de Lei Complementar:

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 128/2000

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Os artigos 10 e 13, da Lei Complementar nº 14, de 26 de maio de 1982, alterada pelas Leis Complementares nº 19, de 29 de dezembro de 1983, nº 69, 14 de julho de 1993 e nº 71, de 15 de outubro de 1993, que passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 10 - São auxiliares de autoridade policial:

I - os médicos legistas;

II - os peritos criminais;

III - os químicos legais;

IV - os toxicologistas;

V - os escrivães de polícia;

VI - os peritos policiais (sem extinção);

VII - os datiloscopistas;

VIII - os técnicos em manutenção policial;

IX - os identificadores datiloscópicos;

X - os auxiliares de manutenção policial; e

XI - os auxiliares de necropsia.”

“Art. 13 - São Carreiras Policiais:

I - delegado de polícia;

II - comissário de polícia (em extinção);

III - investigador de polícia;

IV - médico legista;

V - perito criminal;

VI - químico legal;

VII - toxicologista;

VIII - escrivão de polícia;

IX - perito policial (em extinção);

X - datiloscopista;

XI - técnico em manutenção policial;

XII - identificador datiloscópico;

XIII - auxiliar de manutenção policial; e

XIV - auxiliar de necropsia.”

Art. 2º - Fica extinta a carreira de técnico em telecomunicações policiais, passando os seus atuais ocupantes da 1ª classe, a ingressar a 4ª classe da carreira de investigador de polícia.

Art. 3º - Os atuais ocupantes da 2ª e 3ª classe da carreira de técnico em telecomunicações policiais, passam a ingressar a 5ª classe da carreira de investigador de polícia.

Art. 4º - Fica extinta a carreira de operador em telecomunicações policiais, passando os seus atuais ocupantes a ingressar a 5ª classe da carreira de investigador de polícia.

Art. 5º - As atribuições pertinentes às carreiras ora existentes passarão a ser desempenhada pelos ocupantes da carreira de investigador de polícia, sem prejuízo dos seus atuais cargos.

Art. 6º - O anexo I de que trata o art. 290 da Lei Complementar nº 14/82, alterada pelas Leis Complementares nºs 19/93, 69 e 71, passa a vigorar com a composição do anexo I desta lei.

Art. 7º - O Poder Executivo regulamentará a presente lei no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data da sua publicação.

Art. 8º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26.04.2000.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei visa a extinção das carreiras de técnico em telecomunicações policiais e de operadores em telecomunicações policiais.

A medida proposta tem o objetivo prático e realista. Os funcionários que, com a extinção das carreiras, ingressam na carreira de investigador de polícia, já desempenham as funções pertinentes ao cargo, atuando em investigações, diligências, realização de barreiras, prisões e até serviços de carcereiros. Se tal situação perdurar, poderá haver interpretação futura de desvio de função.

Também, vale salientar, que essa categoria funcional é mais útil para a Polícia Civil prestando serviços junto às equipes de investigadores, já que todos os contatos telecommunicativos policiais são feitos pelos investigadores e mesmo pelos delegados de polícia. Ficando esta função obsoleta, sem necessidade de técnicos para efetivação destes serviços.

Assim sendo, pela real e eficaz prestação de serviços da Polícia Civil em favor da comunidade paranaense, esperamos contar com o apoio dos nobres pares para a aprovação do presente plano de lei.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Com a palavra o deputado Algaci Tulio.

O SR. ALGACI TULIO

Senhor presidente e senhores deputados, venho à tribuna nesta tarde para passar a esta Casa os resultados da viagem que fiz, ontem, durante o dia, na companhia do deputado Ângelo Vanhoni, vice-presidente da Comissão Estadual do Narcotráfico e com a presença do representante do Ministério Público, onde estivemos, na cidade de Florianópolis, colhendo informações, na busca de documentos que dizem respeito ao trabalho da CPI Nacional do Narcotráfico, aqui do Paraná.

Quero dizer aos senhores parlamentares que o trabalho foi dos mais produtivos e dos mais importantes para a nossa CPI, porque trouxemos de lá documentos, depoimentos que foram prestados naquela CPI e que citam em seus depoimentos, envolvimento de pessoas do Estado do Paraná, de policiais ligados à nossa área de Segurança Pública, mas que citam uma grande conexão do crime organizado na questão do narcotráfico, envolvendo os Estados do Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Mato Grosso do Sul.

E, no contato, numa das reuniões que fizemos com a CPI de Santa Catarina, pudemos observar que haverá necessidade, sem dúvida alguma, de um trabalho em conjunto entre estes quatro estados. De nada adianta tivermos uma CPI a nível de Estado do Paraná, Santa Catarina ter a sua, o Rio Grande do Sul da mesma forma e também o Mato Grosso.

É necessário que tenhamos um contato permanente a cada reunião de uma destas CPI's, nos estados, para que possamos trocar informações. E isto ficou muito claro, ontem, lá em Florianópolis. O deputado Ângelo Vanhoni, que me acompanhou, o representante do Ministério Público, doutor Vani, que também nos acompanhou, puderam observar o trabalho que já é feito em Santa Catarina e ontem, quando chegamos, o deputado estava numa operação força-tarefa, reunidos com o Ministério Público, com a Polícia Militar, Polícia Civil, procurando entrosamento, procurando, evidentemente, apresentar um trabalho que seria de interesse à sociedade catarinense.

Por isso quero justificar a minha ausência e também do deputado Ângelo Vanhoni na sessão de ontem, e

também esclarecer aos membros da CPI da Assembléia, do narcotráfico, que talvez até nem avisados foram desta nossa viagem, que só aconteceu porque anteontem à tarde, início da noite estávamos no Ministério Público discutindo a questão do crime organizado, a questão do narcotráfico, até mesmo um calendário, um organograma de trabalho da CPI e entendemos que era importante naquele momento a ida com certa urgência para Santa Catarina. E foi assim que fizemos, esta viagem para a cidade de Florianópolis.

Ao mesmo tempo, senhor presidente, que estávamos lá em Florianópolis, cumprindo com a delegação que nos foi imposta, estávamos lá com 32 graus, de paletó e gravata, reunidos com a CPI dos deputados de Santa Catarina, aqui no meu Estado, aqui na minha cidade, aqui na minha casa, onde mais permaneço do que propriamente na minha casa com a minha família, recebia um duro golpe, o golpe traiçoeiro o golpe que já demonstra e já avalia a todos os senhores de como poderá ser o clima de uma campanha eleitoral neste ano de 2000.

Estávamos lá trabalhando e aqui estávamos traiçoeiramente sendo acusados, irresponsavelmente por atitudes que tenho certeza absoluta, deputado Orlando Pessuti, deputado Waldyr Pugliesi, que não é o pensamento do MDB velho de guerra, que não é o pensamento de um Otto Bracarensi, que não era um pensamento de Nilton Buabsi, que não era o pensamento do falecido deputado federal Elias Abraão e que não era o pensamento de todos aqueles da velha guarda do PMDB. Tenho certeza por mais inimigo político que fosse do PMDB, tenho certeza absoluta que se Vossas Excelências estivessem nesta reunião, duvido que aceitassem, que permitissem tamanha leviandade, tamanho golpe traiçoeiro, tamanho ato de irresponsabilidade praticado a um parlamentar que ao longo dos seus dezoito anos de vida pública jamais utilizou desse artifício para conseguir se eleger ou para ajudar quem quer que estivesse ajudando numa campanha eleitoral.

Em momento algum fui oposição ao senador Roberto Requião quando prefeito de Curitiba; fui oposição ao senador Roberto Requião quando governador do Estado do Paraná. Fiz, mas fiz com responsabilidade, sem golpe baixo, sem sacanagem, me perdoem o termo que uso neste momento aqui nesta tribuna. Lamento profundamente.

Se uma fotografia, senhor presidente, senhores deputados, pode ser a razão para denegrir a imagem de um cidadão, especialmente de um político, uma fotografia também pode traduzir a honra de um parlamentar e de um homem público.

Tive o trabalho durante toda a manhã de hoje, de rebuscar nos meus arquivos, desde os longínquos anos, ainda quando nem sonhava em virar político, que aliás, diga-se de passagem, não era a minha vontade. A minha grande paixão sempre foi ser um repórter policial, ser um investigador, fazer o meu trabalho que com tanto amor e carinho fiz durante toda a minha vida. Se uma fotografia pode denegrir, uma fotografia também pode mostrar a

honra de um cidadão. Tenho aqui desde o momento de um cidadão mais simples, ou como deputado atleta desportista, tenho aqui ao lado de grandes companheiros, uma fotografia interessante que está aqui desde o momento de um cidadão mais simples, ou como deputado atleta desportista, tenho aqui ao lado de grandes companheiros, uma fotografia interessante que está aqui quando fiz o papel de italiano mafioso no carnaval de 83, em Curitiba, e fui destaque da Escola de Samba Dom Pedro II, fotografias da minha primeira caminhada quando prometi durante a campanha em 88 que no primeiro instante que assumisse a prefeitura de Curitiba, quando era vice-prefeito do governador Jaime Lerner, faria uma caminhada a pé até minha cidade, vinte e nove quilômetros, aqui, em Areias, divisa de Almirante Tamandaré com Rio Branco do Sul.

Aqui está o povo na rua, saudando o filho da sua terra, cumprimentando por ter saído humildemente daquela cidade, com a sua limitação cultural, sem ter um diploma de bacharel, mas se tornara uma peça importante em uma decisão, de uma campanha chamada dos Doze Dias, onde fizemos a grande vitória do coração curitibano. Se uma fotografia vale a honra ou denigre um cidadão, aqui está o deputado Algaci Tulio, quando Leonel Brizola, vinha a Curitiba e dizia: “Já que não temos o melhor, vamos com Algaci Tulio”, e nem meu nome direito ele sabia.

Se uma fotografia vale a dignidade, o respeito a uma instituição, há um grupo de pessoas, aqui está o deputado Algaci Tulio, pilchado, deputado Pessuti, cumprindo uma promessa de campanha, que se leito deputado, teria que ir no 20 de setembro dançar pilchado. Se uma fotografia serve para denegrir, aqui está o deputado atleta, no Estádio Dorival de Brito, ao lado dos maiores atletas do futebol brasileiro Ademir da Guia. Se uma fotografia, senhor presidente, significa denegrir ou pode honrar um cidadão, aqui, está, na campanha dos Doze Dias, carregado no ombro do povo, em Curitiba.

Ainda, senhor presidente, senhores deputados, poderia mostrar dezenas e centenas de fotografias ao lado de pessoas ilustres, do cidadão simples da minha cidade, da minha Curitiba, quando ainda há mais de quase quarenta anos atrás, com uma vasta costeleta, que vinha quase até embaixo do pescoço, o repórter Algaci Tulio entrevistando o general Ney Amintas de Barros Braga. Se uma fotografia vale uma dignidade, está o repórter Algaci Tulio entrevistando um dos mais ferrenhos peemedebistas deste Paraná, vereador José Maria Correia. Se uma fotografia vale, senhor presidente, a dignidade, aqui está o vereador Algaci Tulio, na entrega do título de Cidadão Honorário de Curitiba a Dom Helder Câmara - será que Dom Helder perguntou para mim, se lembrou de perguntar minha ficha, a minha vida pregressa? Se vale uma fotografia, ao lado do presidente da Associação dos Jornalistas do Brasil, aqui, também em Curitiba. Se uma fotografia vale a honra de um cidadão ou o denigre, tenho aqui tantas quantas precisarem os detratores, os irrespon-

sáveis, que procuraram manchar a imagem deste parlamentar, ao lado do saudoso companheiro Mário Vendramel, nas tão importantes e gostosas tardes ou noites, como membro do seu grupo de jurados, no seu programa de televisão, ao lado de artistas como Ângela Maria, Osvaldo Brandão, técnico que foi da seleção brasileira, quando o prefeito Maurício Fruet inaugurava o estádio Elba de Pádua Lima, no bairro Novo Mundo, ao lado de tantos companheiros.

A minha ida como prefeito em exercício, para Córdoba, na Argentina, representando a cidade de Curitiba. Humildemente, na minha casa, recebendo os parlamentares. Saudoso deputado Anibal Khury, com Basílio Zanusso, Duílio Genari, jogando na mesa de sinuca da minha casa. Companheiros parlamentares, aqui de Situação e Oposição. Ao lado da vice-governadora Emilia Belinati, participando de uma confraternização na residência do deputado Algaci Tulio. Ao lado do frei Miguel, exorcista, aqui de Curitiba. Ao lado de Luiz Guimarães, quando ainda vereador de Curitiba, mas atuando muito na área policial, em um jantar envolvendo os policiais. Ao lado de Cláudio Ribeiro, um homem ligado muito fortemente à esquerda, mas um grande companheiro também. Ao lado de Cândido Manuel Martins de Oliveira, quando ainda conselheiro do Tribunal de Justiça. Ao lado de Campinho e Campeiro, dupla caipira de Curitiba, com a qual eu divido a cantoria das mocinhas da cidade. Ao lado de Neivo Beraldin, dos jurados de Mário Vendramel, Neivo Beraldin, com um vasto bigode e uma cabeleira bem cheia ainda. Ao lado de tanta gente, de tantos amigos, representando Curitiba no Japão. Recebendo o título de Cidadão Honorário em Itararé, São Paulo.

Perguntem: o que tem a ver o deputado Algaci Tulio com Itararé, São Paulo? Trabalho social que faço a exemplo do deputado Alborghetti e tantos outros companheiros. Lá em Guaraqueçaba, deputado Neivo Beraldin, tivemos que improvisar a trave do campo de futebol e lá fizemos a festa para alegria de seus eleitores, nossos amigos.

Em Coimbra, Portugal, representando o Estado do Paraná, representando Curitiba e sendo homenageado na Intendência de Portugal, ao lado de Mário Celso, ainda com uma vasta cabeleira, não vou nem lembrar a data desta fotografia.

Enfim, companheiros, se uma fotografia serve para denegrir, quem sabe eu deveria perguntar ao cidadão, prefeito da época, Roberto Requião e ao deputado da época, Neivo Beraldin. Aqui não me lembro bem se era ainda prefeito ou já era governador, mas pelo tipo físico do Requião, ainda era prefeito, tinha bastante cabelo, estava escuro ainda e estava muito magro. Talvez foi uma atividade esportiva. Neivo Beraldin, será que o prefeito perguntou qual era a sua ficha corrida ou a minha ficha corrida? Ou será que nós perguntamos a ele qual era a ficha corrida dele? Será que isso denegriu a imagem do prefeito da época, Roberto Requião?

Quase meio tipo marginal do deputado Algaci Tulio, aqui com cantores, doando sangue.

Enfim, senhor presidente, senhores deputados, fiz questão de trazer aqui estas fotografias e mostrar a origem do deputado Algaci Tulio, nessa casinha no meio do mato, onde nasceu o menino Algaci Tulio, que veio para a cidade grande, cresceu e venceu, com muito orgulho!

Senhor presidente, vou mostrar mais essa, para mostrar a minha ligação com o policial Altair Ferreira, o popular “Taíco”. Difícil precisar a data desta fotografia, Leônidas Dias, que é o papa do futebol amador, meu irmão, Edmar Baroni, falecido, locutor esportivo, amador, Algaci Tulio e Altair Ferreira, num dos campos de futebol da nossa suburbana, da nossa várzea curitibana, da qual tenho orgulho de ser representante.

Ao lado do presidente da República e do prefeito Cássio Taniguchi, aqui no Paraná.

Enfim, senhor presidente, aqui estão estas fotografias. Se elas servem para denegrir, também servem para honrar as pessoas.

O panfleto foi solto ontem em Curitiba. Preparei até uma nota, Senhor Presidente, não sei se devo ou não, ler, preciso dizer, me perdoem os companheiros tomar mais 10 minutos do tempo de Vossas Excelências.

(Lê):

“Resgatando a Verdade

A cidade de Curitiba sofreu ontem uma enxurrada de panfletos onde se relata como ‘escândalo’ o fato de o deputado Algaci Tulio ter sido fotografado num campo de futebol ao lado do vereador Jota Pê, do major Gilberto e o investigador Taíco.

Como é de conhecimento público, o investigador Taíco foi indiciado pela CPI Nacional do Narcotráfico e, como os demais indiciados, deverá receber o tratamento que a lei determina.

A autoria do panfleto é assumida pelo PMDB de Curitiba. Razão que nos leva a reafirmar o respeito que sempre tivemos por todos os partidos políticos, mesmo aqueles dos quais sempre fomos adversário sem nunca termos feito sequer um ataque, ou partido ou a seus membros. O porquê de estranharmos o fato de o panfleto vir com a chancela do PMDB que no seu todo, temos certeza, não estará concordando com a forma grotesca, desleal e oportunista usada por indivíduos conhecidos na prática de denegrir reputações e imagens de homens públicos, principalmente em época eleitoral.

Não nos surpreende esse tipo de ataque, porque o sofremos desde o início de nossa carreira política, certamente porque o peso eleitoral que possuímos em Curitiba não é interessante para eles. Mas é, atingir o deputado Algaci Tulio.

Para aqueles que tentam nos envolver em escândalo, afirmamos que não nos constrange aparecer numa fotografia ao lado de pessoas pelas quais sempre tivemos respeito e que sempre nos respeitaram.

Atuando dentro do setor policial há mais de 40 anos, conhecemos pelo menos 80% dos integrantes das duas polícias e não há porque negar que nessas adquirimos muitas e boas amizades. E, feliz do homem que tem amigos, porque amigo não se compra, se conquista. E é gratificante saber que, ao longo dos 40 anos de comunicador e quase 20 de vida pública, conquistamos muitos amigos e fizemos poucos inimigos.

Como gratifica a nossa disposição de ser um desportista constante de final de semana, e de prestigiar e participar do futebol amador do Paraná. Como também a de ser um político que gosta de estar sempre ao lado do povo, participando de grupos de idosos, festas de igrejas, bingos, bailões, chás beneficentes e de tantos outros eventos onde a solidariedade humana é que justifica. E nesses, sinto-me feliz ao estar sempre sendo solicitado, para posar para fotos ao lado deste ou daquele. Nunca me causou receio de que determinada pessoa, com a qual fui fotografado, possa ter cometido, ou venha a cometer qualquer ato que a desabone. Não há como pedir “folha corrida” das pessoas que desejam uma foto ao lado do deputado Algaci Tulio, que é um homem público, representante do povo no Legislativo do Paraná.

Quando das revelações e denúncias feitas na CPI Nacional do Narcotráfico, como toda a sociedade paranaense, ficamos estarecido, triste por ver, ali citados, nomes de pessoas com as quais convivemos profissionalmente, quer como comunicador, que como político. Sofremos e lamentamos. Mas isto não interferiu e nem interfere na nossa atuação política. Tanto que fizemos parte da Comissão Especial de Investigação da Assembleia Legislativa, que antecedeu à chegada da CPI Nacional. Comissão essa que teve por presidente o deputado Ângelo Vanhoni, do PT; como vice-presidente este deputado, Algaci Tulio; como membros, deputado Fernando Ribas Carli, do PPB; deputados Luiz Carlos Alborghetti e Tiago Amorim, deputado José Maria Ferreira, do PSDB e deputado Caíto Quintana, do PMDB.

São esses parlamentares testemunhas da imparcialidade que colocamos em nossas ações parlamentares. Como do respeito, dedicação e empenho que colocamos no trabalho desenvolvido, nessa e em outras comissões. Fomos indicado para representar a Assembleia Legislativa na Comissão de Alto Nível, criada pelo governador Jaime Lerner, com a finalidade de apurar o envolvimento dos servidores públicos no narcotráfico. No caso, os policiais acusados na CPI Nacional.

Dessa comissão, além de quatro secretários de Estado, faziam parte o Ministério Público e a OAB/PR. Por unanimidade, nos escolheram como relator dessa comissão. Durante 30 dias foi desenvolvido um trabalho intenso que, ao final, aprovou o nosso relatório onde, além de sugestões várias, inclusive para mudança na estrutura da Polícia Civil, concluiu pelo indiciamento de todos os servidores envolvidos em processos administrativos. E, em nenhum momento deixamos de ser imparcial.

Em nenhum momento, pedi aos membros da comissão: vamos aliviar a situação deste ou daquele policial. Absolutamente invoco testemunho do representante da Ordem dos Advogados e do Ministério Público.

A atuação deste deputado, nessas duas comissões, a sua experiência parlamentar e moral política conquistada nesses quase 20 anos, com certeza foram fatores que levaram os deputados integrantes da CPI Estadual do Narcotráfico a nos escolherem para presidir a Mesa.

Escolha feita até à nossa revelia, porque sequer estava na reunião, quando os deputados que foram indicados pelos partidos acabaram aclamando o nome deste parlamentar para presidente daquela comissão. Sequer disputei o cargo de presidente, sequer participei da reunião, sequer pedi voto para ser presidente, mas cumpri o meu papel aceitando a incumbência que me foi dada pela Assembléia e pelos companheiros parlamentares.

A notória malícia e má fé de indivíduos conhecidos pela prática de panfletagem agressiva, que se acobertam sob a sigla honrada do PMDB, desde já mostra como poderá ser a campanha eleitoral que se avizinha. Lamentamos, mesmo porque, enquanto estávamos ontem em Santa Catarina, na companhia do deputado Ângelo Vanhoni e de um representante do MP do Paraná, discutindo, com os integrantes da CPI daquele estado, estratégias, e mantendo entendimentos para um trabalho conjunto no combate ao crime organizado, aqui em Curitiba, traiçoeiramente se lançava uma campanha de difamação que, partindo de quem parte, certamente não vai parar por aí.

Nossa confiança no povo que nos elegeu porque nos conhece, a nossa fé em Deus, nos dá a certeza de que a sociedade saberá bem analisar e separar o joio do trigo. Saberá bem separar, quem faz “escândalo”, e quem trabalha com dignidade para representar o povo. Contra os panfleteiros de ocasião, mostramos nossa moral de ex-vereador de Curitiba, de dois mandatos de vice-prefeito, de quatro mandatos de deputado estadual, de político que nunca reclamou em renunciar a seus sonhos e ideais, para servir o povo e sua cidade, e que faz de sua vida pública um sacerdócio.

Continuamos respeitando e admirando o trabalho de muitos amigos que temos no PMDB, como em outros partidos de Oposição. Como continuamos à disposição da gente amiga, ordeira e disciplinada que tenha a vontade de tirar uma foto com o deputado e amigo Algaci Tulio, que não vai pedir a carteirinha e nem ficha corrida”.

Senhor Presidente, é o que queria colocar nesta tarde. Dizer a Vossa Excelência que da mesma forma como fui aclamado presidente da CPI do Narcotráfico, deixo esta Casa, a presidência, aos internos dos pareceres, meu único compromisso nesta Casa, seria estar aqui no Plenário na hora da votação cujas sessões vão a duas ou três horas. Certamente terei muito tempo para correr a minha Curitiba, a quem estou devendo visita por ter me dedicado quase que diuturnamente a esse sacerdócio.

Vou para as ruas e vou mostrar a essa gente irresponsável quem é o deputado Algaci Tulio. Começo amanhã, já, a campanha para a reeleição do prefeito Cássio Taniguchi.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Essa Presidência se solidariza com Vossa Excelência e comunica, como tenho feito publicamente que, enquanto presidente, não vou admitir em hipótese alguma, qualquer tipo de interferência externa nos assuntos desta Casa.

Horário das Lideranças: PSL. Com a palavra o deputado Edno Guimarães.

O SR. EDNO GUIMARÃES

Senhor presidente, meus caros companheiros parlamentares. Hoje, nesta Casa de Leis, trago um fato novo ocorrido no município de Cianorte.

Justamente na semana em que o povo brasileiro comemorou o descobrimento desta rica Pátria brasileira em que temos o pau-brasil, como uma marca desta terra fértil, que é o Brasil. Meus companheiros deputados e senhor presidente, queria chamar a atenção. Estamos encaminhando três votos de repúdio a esta Casa hoje, por um fato ocorrido em Cianorte, autorizado pelos órgãos competentes, ou seja, a cidade de Cianorte tem um anel, um cinturão verde que cerca a bela cidade, com matas virgens, matas nativas. Temos peroba rosa e tantas outras madeiras de lei no cinturão verde de Cianorte e sem a mínima atenção, sem reunir a comunidade, um trabalho feito às escuras, posso dizer aos parlamentares aqui hoje. Foi já autorizado e estão sendo desmatados quase cem alqueires de mata virgem em volta da cidade, autorizado pelo prefeito do município, Flávio Vieira, autorizado pelo IAP e também acompanhado pelo Ministério Público.

Estamos conscientizando e brigando, conscientizando o povo brasileiro. O mundo todo hoje na preservação do meio ambiente, não há justificativa para que se derrubem matas virgens hoje no Paraná. Contestamos a derrubada de uma árvore, quanto mais cem alqueires de terra no Estado do Paraná, próximo da Capital, o cartão de visitas da nossa cidade.

Hoje tem quatro máquinas de esteiras, das grandes, desmatando cem alqueires de mata virgem. Os jornais e a televisão mostraram, os alunos já estiveram em volta da mata e nem isso fez com que se parasse o maquinário, fazendo a maior ingratidão ao Estado do Paraná, ao nosso município de Cianorte, derrubando perobas rosas, cedro, cajarana, árvores com 25 metros de comprimento com e está nos jornais que circulam hoje e como mostraram os noticiários das televisões, durante o dia. Há um repúdio de todas as entidades, associações daquela cidade, desde os moradores da Sagrada Família, do Pedro Moreira, Ilha Bela, Zona Quatro, Sindicato e nem com as empresas, as chamadas não governamentais, as ONG's não tiveram a capacidade de impedir essa negociação de que hoje vai ser desmatado e fazer loteamento. Não tem outro obje-

tivo. No argumento do prefeito, está se trocando com outras áreas de mata para que o município possa se habilitar na busca do ICMS Ecológico, mas hoje ou amanhã, essa mata seria toda do município, do Estado. Isso é intocável. Não podemos aceitar de jeito nenhum. Por isso é que vim denunciar esse ato bárbaro cometido no município de Cianorte.

O Sr. Beraldin

Deputado, inicialmente quero cumprimentá-lo pela indignação com que sobe a tribuna ao relatar um assunto tão grave que merece a imediata atenção da Comissão de Meio Ambiente da Assembléia Legislativa.

Esta comissão deve imediatamente entrar em contato com os órgãos oficiais do Estado para saber se esta compensação dita de área, porque é um meio que se usa muito quando se quer destruir a natureza. “Vamos destruir aqui e vamos compensar em outra área que já existe lá”. Destruíu está destruído!

E, nesta Casa tramita um projeto de minha autoria que visa uma trégua de dez anos para o corte de madeiras nativas no nosso Estado, porque sabemos que há pouco tempo atrás a floresta paranaense continha 50% de pinheiros. Hoje o pinheiro representa apenas 1%. Sabemos que o pinheiro para tornar-se de 50 centímetros demora em torno de 50 anos. Sabemos que o pau-brasil que deu o nome ao Brasil, já é muito raro o município que tenha a espécie na Paraná.

Então, acho que não deveríamos fazer outra coisa senão incentivar o plantio do pau-brasil, do pinheiro, a preservação da natureza, do verde, da água para garantir a qualidade de vida das gerações futuras. E, o que está acontecendo, pelo relato de Vossa Excelência na sua cidade há um desmate, há uma agressão porque se todas estas entidades estão a gritar, se Vossa Excelência que foi prefeito daquela cidade está a gritar, merece a atenção da Comissão do Meio Ambiente da Assembléia Legislativa.

E mais, esta ONG's não governamentais são uma farsa! São uma mentira que serve apenas para esquentar dinheiro! Pedi recentemente ao Ministério Público que me informe o que a Fundação Boticário, a SPVS fez em favor do meio ambiente, para que ela mostre a sua declaração de fato no que aplicou. O que se sabe é que eles acabam comprando áreas e possivelmente se associando a grupos internacionais para vender a nossa riqueza natural. É preciso que possamos aqui na Assembléia Legislativa debater a função destas fundações e destas ONG's que aparentemente não passam de uma farsa.

Muito obrigado!

O SR. DIVANIR BRAZ PALMA

Gostaria também de fazer coro a esta grave denúncia que Vossa Excelência está trazendo hoje ao Plenário da Assembléia, porque também vimos acompanhando este processo de diversificação da nossa região noroeste que começou há muito tempo.

À Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, temos que acreditar grande parte deste trabalho porque em 82, quando adquirimos uma propriedade na região de Tuneiras, já vínhamos tomando conhecimento do processo que esta empresa aplica na ocupação de áreas próprias, reservas florestais legais que ela, através de meios ilícitos, vinha dizimando e continua até hoje.

Por exemplo, tínhamos na região do Rio Ivaí, 10 mil alqueires de matas virgens, naturais, intactas. Pois a Companhia Melhoramentos, numa jogada, fez uma troca com uma reserva que é a grande reserva de Tuneiras hoje, que ninguém sabe o tamanho que tem. Pedimos ao IAP para fazer uma medição. Enfim, a Companhia fez uma troca e desmatou toda esta área do rio Ivaí. Só deixou uma “fraldinha” na beira da rodovia para enganar “trouxa” porque na realidade fez área de plantio de soja e milho.

O que quero dizer é o seguinte, essa denúncia de Vossa Excelência assinamos embaixo e queremos dizer que devemos prosseguir, porque ainda há tempo de impedir esse desmatamento. Evidente que o prefeito Flávio quer aumentar a cidade mas tem espaço para isso e não justifica, em hipótese alguma, fazer o desmatamento desse cinturão verde de Cianorte, que é uma das poucas reservas, um dos poucos pulmões que temos lá para fazer a oxigenação do nosso meio ambiente.

Acho, que Vossa Excelência está certo e vamos tentar, de todas as formas, deputado Edno, impedir que esse crime ecológico aconteça.

O SR. EDNO GUIMARÃES

Muito obrigado, deputado Beraldin pela contribuição que nas suas palavras fez a este problema levantado por nós, no município de Cianorte e também ao Deputado Divanir Braz Palma que é daquela região, tem propriedade bem próxima e conhece bem Cianorte como o senhor também conhece. Além de tudo isso, ainda fomos convidados há uns 15 dias atrás, para uma solenidade de assinatura da escritura que a companhia ia dar ao município. Eu fiquei sabendo no dia que recebi este convite e não fui de jeito nenhum, porque estaria assinando a morte de muitos filhos do Paraná e de Cianorte. Não comparecemos à solenidade e o secretário vai de avião lá, para assinar em uma comunidade, um compromisso de desmatamento de 100 alqueires.

Se fosse na Amazônia, em Rondônia, ainda somos contra muito mais do Paraná, em volta da cidade de Cianorte que como disse o deputado Divanir Braz Palma: é o pulmão do Paraná e da nossa região. Numa solenidade para assinatura de documentos que ia, então viabilizar à noite, ia começar o desmate à noite e isso foi assinado à tarde. As máquinas começaram roncar depois das 22 horas, à noite quando o povo estava dormindo. Entraram na região onde tinha as perobas rosas, que é estima, é símbolo do nosso município. Quando amanheceu o dia e cheguei em Cianorte, não sabia em que cidade estava chegando, porque o cinturão verde

preservado por nós quando prefeito e tantos outros prefeitos anteriores a mim e depois de nós, agora, numa irresponsabilidade total de tantos órgãos que são pagos para vigiar aquilo que não pode ser destruído, assinaram embaixo numa solenidade, ainda colocando alguns para assistirem.

Essa é a indignação que queremos demonstrar e que fique registrado nesta Casa de Leis. Queremos trazer, aqui, esta indignação, ao vivo, ao povo do Paraná.

O Sr. Valdir Rossoni

Vossa Excelência me permite um aparte.

Quero fazer uma proposição a Vossa Excelência, mediante a gravidade da sua denúncia e vejo que, pelo seu relato, é um assunto a ser tomado medidas imediatas, proporia que além dos votos de repúdio que Vossa Excelência está propondo a esta Casa e que terá todo o nosso apoio, proponho que se convoque o secretário do Meio Ambiente para vir à Comissão do Meio Ambiente, aqui nesta Casa, no dia de amanhã, para prestar os esclarecimentos, porque a questão considero grave e de extrema importância e que deve ser agilizada.

Então proponho que se convide, coloque, aqui, Vossa Excelência pode apresentar um requerimento convocando o secretário de Meio Ambiente e que ele amanhã venha à Comissão de Meio Ambiente prestar os esclarecimentos sobre esta questão. Vossa Excelência tem tido aqui nesta Casa, um comportamento exemplar e acredito nas palavras que Vossa Excelência está trazendo.

O Sr. Beraldin

Vossa Excelência me concede outro aparte?

O deputado Valdir Rossoni acaba de ter uma manifestação muito importante. Solicitaria ainda que o deputado Valdir Rossoni, como líder do Governo, telefonasse para o secretário do Meio Ambiente e determinasse a imediata paralisação do desmate, porque até amanhã, dependendo do número de tratores que lá estão, poderão causar um dano ainda muito maior do que hoje. Pelo menos que se suspenda de hoje até amanhã. Acho que o líder do Governo pode fazer isso, junto ao secretário.

O Sr. Valdir Rossoni

Se o presidente me permite, vou pedir à minha assessoria para que telefone ao secretário do Meio Ambiente e ao presidente do IAP, que às 17:00h estejam no gabinete da Liderança para uma reunião com a Comissão de Meio Ambiente e com Vossa Excelência.

O SR. EDNO GUIMARÃES

Muito obrigado ao deputado Valdir Rossoni, líder do Governo, e mais as palavras do deputado Beraldin.

Quero dizer aos senhores que o desmate está também sendo feito acima da nascente do rio São Tomé. O estrago é muito grande. E o município de São Tomé também será prejudicado diretamente, porque o Rio São

Tomé, a nascente é justamente onde estão quatro tratores de esteira trabalhando dia e noite. O pior é que trabalha à noite, também, que é para esconder da imprensa e do povo. Temos alunos, professores, alguns ambientalistas. Um grupo foi favorável. E eles alegam que a mata estava degradada, o que não é verdade. Temos fotos das máquinas derrubando a mata, foram filmados. Então, não foi feita uma avaliação do impacto ambiental da derrubada, do desmate desta área tão grande da cidade, e disseram que ainda estão negociando outras áreas mais, para serem derrubadas.

Então, se as autoridades não tomarem providências, de fato, acredito que teremos um impacto ambiental muito grande no Paraná, principalmente na região Noroeste.

Muito obrigado, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Horário da Liderança do PT.

(Declina)

No Horário destinado ao PDT, concedemos a palavra ao deputado Luiz Carlos Zuk.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Senhor presidente e senhores deputados.

Dois assuntos me trazem na tarde de hoje à tribuna desta Casa. O primeiro deles se refere ao Detran do Paraná. Indagamos Jaime Lerner, governador do Estado; a Cesar Roberto Franco, que é diretor geral do Detran, com referência ao que tinha sido publicado pela imprensa, o edital de concorrência pública nº 007/99, com anuência do CRAF e que levou o número 4153753-1, que foi a homologação de uma concorrência pública realizada pelo Detran do nosso Estado, com o objetivo de fornecimento de refeições aos funcionários daquela autarquia, cujo valor seria de R\$ 3,65 por refeição, onde constava no edital publicado pela imprensa, por 254 meses. Tempo este que iria equivaler a mais de 21 anos.

Qual seria a justificativa para isso, senhores deputados? De um valor de um contrato de 1 milhão, 846 mil, 257 reais e 60 centavos? Ou seja, 505.824 refeições? Recebemos o senhor diretor geral do Detran, César Franco, nosso amigo, ex-prefeito de Guarapuava e amigo nosso de Ponta Grossa, o esclarecimento de uma retificação feita, aonde uma contratada que foi retificada a publicação no Diário Oficial, aonde o equivalente dos meses se transforma em tão somente por um período de 24 meses. Agradecemos aquele diretor, mas estaremos oportunamente fazendo um outro requerimento, em 24 meses para serem servidas 505.824 refeições, iremos indagar do senhor chefe do Detran do Paraná, daquela autarquia, quantos funcionários existem dentro daquela autarquia e por que desta concorrência feita agora, que entendemos dentro de um prazo que agora é de conhecimento público, mas apesar de que consultando a lista telefônica de Ponta Grossa, da região dos campos gerais, de Curitiba e da região metropolitana, não encontramos,

senhor presidente, senhores deputados, o número telefônico que queríamos saber da firma Aunutri - Consultoria e Comércio de Alimentos Ltda.

Estaremos oportunamente, senhor presidente, senhores deputados, fazendo um pedido à Junta Comercial do Paraná, para sabermos aonde fica a sede dessa empresa e também que o senhor diretor do Detran nos informe a condição pela qual esta Casa, que é um Poder Legislativo, não fornece alimentos aos seus funcionários, não temos o vale-transporte, não possuímos um salário condizente com aquilo que é realizado, não por vontade da Mesa Executiva, mas por dificuldades imperiosas à tramitação daquilo que o senhor presidente e os senhores membros da Executiva desejam dar a esta Casa uma nova roupagem, seja no setor financeiro dos senhores funcionários, seja no setor de atendimento aos senhores deputados e seja também oferecendo ao Poder Legislativo uma melhor transparência à família do Paraná, queremos saber daquele diretor do Detran o porquê do fornecimento dessas alimentações.

O Sr. Fernando Ribas Carli

Permite um aparte, deputado?

(Assentimento)

Ao agradecer-lhe a oportunidade do aparte, gostaria de salientar a toda a Casa, aos senhores deputados, que fomos informados na segunda-feira, pelo deputado Luiz Carlos Zuk, a respeito desta concorrência que havia sido feita pelo Departamento Estadual de Trânsito, a qual constava o fornecimento de refeições por 254 meses. Também nos causou espanto e eu disse num momento para o deputado Zuk que iria manter contato com o diretor geral do Detran, senhor Cesar Roberto Franco, tendo em vista ser oriundo de Guarapuava, ser amigo nosso e companheiro de longa data. Tomei as informações e ia fornecê-las já no dia de ontem ao deputado Zuk, mas tendo em vista uma viagem de última hora que tive que fazer a Brasília, deixei os dados para serem entregues ao deputado por um dos diretores do Detran, mas acho que houve um problema de comunicação e por conseguinte o nobre deputado só recebe estas informações no dia de hoje, após ter sido veiculado pela imprensa.

Mas o esclarecimento que faço ao deputado é no que tange ao período - o período é de 24 meses, portanto são dois anos apenas dentro do período em que está lá ainda, presume-se que fique o nobre diretor César Franco, tendo em vista estar dentro do mandato do governador Jaime Lerner.

Pois bem, nobre deputado Luiz Carlos Zuk, a quantidade licitada foi de 505 mil refeições. 505 mil refeições multiplicadas pelo valor de R\$ 3,65, se não me falha a memória, vamos chegar àquele valor total de um milhão e qualquer coisa.

O questionamento do nobre deputado, que diz que vai solicitar, através de requerimento estas informações, é de quantos funcionários. Veja só, o que posso adiantar ao deputado é que os funcionários do Detran, de longa data,

já vinham recebendo alimentação e que no final do ano, se expirou, chegou ao final o contrato de fornecimento daquelas refeições. Para não deixar os funcionários sem essa refeição, foi feito, de acordo com a lei, um prolongamento, creio de 30 ou 60 dias, da firma anterior, até se proceder nova licitação. Por isso foi feita essa licitação, agora, no início do ano, prevendo-se o fornecimento por dois anos. O fornecimento também não é só para os funcionários do Detran, em Curitiba, os efetivos, como também atende os funcionários que trabalham lá, por convênio e também os que trabalham no interior. Já têm muitos municípios que são atendidos também no interior do Estado.

Acredito que o diretor-geral do Detran, Cesar Roberto Franco, terá a maior boa vontade e a agilidade mais suficiente, para responder esse seu pedido de informações, porque o processo foi cristalino, claro. O restaurante funciona dentro do Detran, qualquer um dos deputados pode tomar conhecimento, inclusive ir lá, provar da refeição. Acho que isso podemos fazer, para ver a qualidade dessa alimentação e comprovarmos que lá é fornecida essa refeição aos funcionários, para que eles tenham uma boa qualidade de vida no trabalho, porque têm uma boa alimentação.

Tenho certeza, nobre deputado, que Cesar Roberto Franco lhe enviará todas as informações que forem necessárias a respeito da alimentação, que é fornecida aos funcionários do Departamento Estadual de Trânsito.

Muito obrigado, nobre deputado.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Agradeço e já de antemão sabíamos que algum motivo de força maior impediu com que o ilustre deputado Ribas Carli nos fornecesse o que recebemos há poucos instantes em mãos, senhor presidente. Estaremos, oportunamente, retornando a este assunto e agradeço de antemão esta Presidência, pela tolerância do tempo.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Liderança do Governo. Liderança da Oposição.

Com a palavra, o deputado Sérgio Spada, no horário do PMDB.

O SR. SÉRGIO SPADA

Senhor presidente, senhores deputados.

O Brasil está vivendo momento de dificuldades, particularmente no setor produtivo, comércio exterior e as indústrias nacionais, em função da greve geral ou operação padrão, como queiram chamar, dos auditores da Receita Federal - prejuízos enormes para esses segmentos, e conseqüentemente, para a Nação brasileira. Se esses problemas afetam a sociedade brasileira, afetam com muito maior intensidade a cidade de Foz do Iguaçu, já que naquela cidade vivemos muito do comércio dos vizinhos países: Paraguai, Argentina, Chile, os países que compõem o Mercosul.

Tem sido uma praxe constante da Receita Federal, em qualquer movimento nacional, adotar a operação padrão em cima da Ponte Internacional da Amizade. Essa operação padrão consiste em uma fiscalização rigorosa de todos os veículos e pessoas que passam pela Ponte Internacional da Amizade. A consequência é desastrosa, senhor presidente, senhores deputados, particularmente para Foz do Iguaçu. Filas intermináveis de caminhões, muitas delas com produtos perecíveis, produtos se deteriorando nas carrocerias dos caminhões. Os segmentos comerciais de Foz do Iguaçu, todos eles enfrentando dificuldades, provocando demissão em massa, inclusive dos funcionários, como é o caso das transportadoras, dos despachantes aduaneiros e dos comerciantes que trabalham, particularmente, no setor de exportação e importação.

Foz do Iguaçu, senhor presidente, senhores deputados, tem pago um preço muito alto por estar localizada naquela região estrategicamente colocada no Mercosul, porque qualquer manifestação de qualquer segmento, a nível nacional, há um direcionamento das ações para a Ponte da Amizade. Porque os fatos acontecidos em cima da Ponte da Amizade, chamam a atenção da imprensa nacional e até mesmo internacional e é o que faz com que estes movimentos vão para a Ponte da Amizade.

Não estamos questionando as reivindicações dos auditores fiscais da Receita Federal, como não estamos questionando as vezes que os funcionários da Polícia Federal adotam o mesmo procedimento, como não estamos questionando a justiça ou não das reivindicações dos estudantes do Paraná, do movimento sem-terra, que vão para cima da Ponte da Amizade fazer suas manifestações.

Agora, não podemos mais admitir ver a cidade passando um dos piores momentos da sua história, no aspecto social e econômico, sendo trampolim e palanque para manifestações que não dizem respeito aos interesses de Foz do Iguaçu, acontecendo em cima da Ponte da Amizade, e prejudicando a todos nós!

Concedo o aparte do deputado Chico Noroeste.

O Sr. Chico Noroeste

Em primeiro lugar, o nosso muito obrigado pelo aparte.

Quero dizer que o real, o Mercosul, que são projetos considerados dos melhores para nosso Brasil, na verdade têm se tornado muito ruins para nossa cidade de Foz do Iguaçu.

Foz do Iguaçu, por ser uma cidade de fronteira, sem nenhuma dúvida, é uma das cidades mais prejudicadas, não só do Paraná, mas de todo nosso país. Com o advento do Mercosul e do real, porque afugentam os turistas e afugentam os compristas, pela falência, principalmente do comércio e importação e exportação.

Portanto, além desses projetos, ainda por reiteradas vezes, existe essa greve por parte dos auditores fiscais e dos técnicos da Receita Federal. Sem nenhuma dúvida, nós, como deputado estadual e de Foz do Iguaçu, não

podemos ficar de braços cruzados e devemos fazer partir daqui uma correspondência e um requerimento para que o secretário da Receita Federal, senhor Everardo Maciel, se sensibilize com as reivindicações dos auditores e dos técnicos que lá se encontram, em Foz do Iguaçu, porque a nossa cidade não pode ficar refém de meia dúzia de servidores da Receita Federal.

Os comerciantes não agüentam mais, o comércio exportador já foi à falência e com esta greve piora, muito mais, cria-se uma crise social muito grande, porque acaba com o emprego e principalmente o emprego informal daquela gente que vive transportando as mercadorias.

Então, não podemos ficar de braços cruzados, caro deputado Sérgio Spada, e vamos partir para formalizar um documento para que o senhor secretário da Receita Federal receba os membros da Unafisco, que é o sindicato da categoria, o quanto antes possível, para que nossa cidade não continue a ser prejudicada como está atualmente.

Muito obrigado.

O SR. SÉRGIO SPADA

Muito obrigado, deputado Chico Noroeste, que abrilhanta meu pronunciamento com seu aparte.

Foz do Iguaçu tem sido, na verdade, o estuário das consequências negativas de muitas das ações que não são praticadas por pessoas de Foz do Iguaçu, por lideranças ou autoridades de Foz do Iguaçu. Aconteceu com a construção de Itaipu, tão logo acabaram a construção, demitiram 40.000 trabalhadores que ficaram na periferia da cidade e nada foi feito para solucionar o problema. Está acontecendo com este arrocho da fiscalização na Ponte da Amizade com relação ao comércio do Paraguai, que está sofrendo estas consequências e o desemprego vem afetar e criar problema em Foz do Iguaçu. Aconteceu com o Mercosul, onde o comércio forte da vila Portes, literalmente quebrou em função das ações do governo federal e os governos dos outros países para a implantação do Mercosul. E nada é feito para compensar os prejuízos que estamos enfrentando.

O que existe de bom é que a Associação Comercial e Industrial da região estão liderando um movimento envolvendo todos os segmentos e lideranças de Foz do Iguaçu, dizendo um basta e pedindo providências.

Gostaria de comunicar oficialmente à Casa que na semana passada assumi a Liderança do PSDB.

Em primeiro lugar, o meu agradecimento aos meus sete colegas parlamentares, pela confiança depositada neste parlamentar.

Em segundo lugar, dizer que tenho consciência da responsabilidade de liderar uma bancada grande e importante nesta Casa. Até porque esta Casa é a caixa de ressonância do partido nas suas ações. O PSDB não é só grande e forte aqui no Paraná. É um partido que tem 9 deputados federais; a maior Bancada no Congresso Nacional; tem 2 dos 3 senadores da República. Tem 104 prefeitos; mais de 600 vereadores e tem um projeto

político muito claro que é crescer ainda mais no ano 2000, nas eleições municipais. Tem um projeto muito claro para 2002, que é o governo do Estado, pois já temos candidato próprio para o governo do Estado, que é o senhor Álvaro Dias. Estaremos trabalhando buscando esse objetivo. É natural que tenha o questionamento a respeito da Bancada do PSDB em relação ao governo do Estado no presente momento. Mas não tenho dificuldade nenhuma em liderar a Bancada do PSDB. Em decorrência das eleições de 1998, quando o PSDB não teve candidato próprio ao governo do Estado e foram liberados os integrantes para apoiarem quem melhor lhes aprofesse. E a grande maioria dos integrantes, mas precisamente 7 dos 8, apoiaram o atual governador Jaime Lerner. E a partir daí vem dando sustentação ao governo.

Respeitamos a posição desse líder incontestável, o deputado José Maria Ferreira, que apoiou o senador Roberto Requião e vem votando com a Bancada de Oposição.

Quero deixar claro que as posições da Bancada do PSDB em votação de rotina, serão seguidas pela consciência de cada parlamentar. Mas o PSDB tomará posição de Bancada quando necessário, topicamente poderá adotar posição de Oposição ao Governo, desde que essa posição seja tirada a nível de Bancada, e se necessário buscaremos a conversa com as instâncias superiores do Partido.

Não tenho receio nenhum de ter dificuldade na condução dos nossos trabalhos, pois saberei consultar as instâncias do Partido.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 senhores deputados.

Pela Ordem concedo a palavra ao deputado Cezar Silvestri.

O SR. CEZAR SILVESTRI (**Pela Ordem**)

Senhor presidente e senhora e senhores deputados.

(Lê):

“COMISSÃO ESPECIAL

Relatório

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa, na existência da vaga aberta com a aposentadoria do Conselheiro João Cândido Ferreira da Cunha Pereira, baixou o Ato da Comissão Executiva nº 71/00, disciplinando o processo de escolha do novo conselheiro do Tribunal de Contas. Na sequência, o presidente Nelson Justus baixou o Ato nº 06/00, constituindo Comissão Especial, de cinco membros, com o objetivo de ouvir os candidatos inscritos para preencher o cargo de conselheiro do Tribunal de Contas do Estado.

Fundamentação

Foram recebidas inscrições de sete candidatos para ocupar o cargo: Heinz Georg Herwig, deputado Basílio Zanusso, Juarez Accioly, José Marcos de Almeida Formeghieri, Oscar Mariano da Silva, Miguel Salomão e Valdir José Romanini. No último dia 19, os membros da Comissão Especial se reuniram, sob a Presidência do deputado Nelson Justus, e escolheram os deputados Orlando Pessuti e Cezar Silvestri, para presidente e relator, respectivamente. Na oportunidade foi agendada, para o dia 24 do corrente mês, a Pauta de Oitivas dos candidatos, obedecendo ordem de inscrição na Casa. Antes das entrevistas, foram protocoladas desistências dos senhores Miguel Salomão e Oscar Mariano da Silva.

Comunico também ao senhor presidente e a todos os demais parlamentares que estamos recebendo o comunicado do senhor Juarez Accioly, endereçado ao presidente da Casa deputado Nelson Justus, também comunicando a sua desistência.

No dia marcado, o presidente deputado Orlando Pessuti destacou antes de cada entrevista a inovação mais transparente a escolha do novo conselheiro do Tribunal de Contas. Foram ouvidos, os senhores Heinz Georg Herwig, deputado Basílio Zanusso, Juarez Accioly e Valdir José Romanini. O candidato José Marcos de Almeida Formeghieri não compareceu à entrevista, enviando, através de familiar, justificativa para a sua ausência. Os candidatos depoentes fizeram um histórico de sua vida particular e pública e apresentaram propostas de atuação no Tribunal de Contas.

Conclusão

Os senhores candidatos entrevistados apresentaram documentos que comprovam os requisitos dispostos no § 1º e seus incisos, do artigo 77 da Constituição Estadual, quanto a idade, idoneidade, moral e reputação ilibada, notórios conhecimentos jurídicos, econômicos, financeiros, contábeis ou de administração pública e mais de dez anos de exercício de função e de efetiva atividade profissional que exija os conhecimentos mencionados. Quanto ao candidato José Marcos de Almeida Formeghieri que deveria ser ouvido pela comissão no dia 24, às 11h30, teve sua oitiva adiada, pela primeira vez, para às 18h30 do mesmo dia e posteriormente para às 11h30 do dia seguinte, 25 de abril, sempre por deliberação do Plenário da comissão. Nesta data, pela manhã, o senhor presidente recebeu do filho do senhor Formeghieri, Guilherme, a notícia que o mesmo poderia ser entrevistado às 16h30, a comissão concedeu, pela 3ª vez, o adiamento da oitiva. Também, neste último prazo o candidato não compareceu. Ficando, assim, a Comissão Especial impossibilitada de comprovar o preenchimento dos requisitos constitucionais por parte do senhor José Marcos de Almeida Formeghieri.

Sendo assim, somos de parecer favorável ao envio dos nomes dos senhores Heinz Herwig, deputado Basílio Zanusso, Juarez Accioly e Valdir José Romanini para a apreciação do douto Plenário desta Casa de Leis. A Comissão Especial, para dar maior transparência ao pro-

cesso e reafirmar sua vocação democrática, resolve propor a Mesa Executiva que seja destinado um tempo de 10 (dez) minutos, durante a Sessão Especial, para que cada candidato possa discorrer sobre a sua pretensão de ocupar o cargo de conselheiro do Tribunal de Contas, aos demais senhores deputados.

Sala das Comissões, em 25.04.2000.

(a) ORLANDO PESSUTI - Presidente

CEZAR SILVESTRI - Relator

ELIO LINO RUSCH

HERMES FONSECA

NEIVO BERALDIN"

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Em discussão o relatório.

Em votação.

Aprovado.

De acordo com o artigo 217 do Regimento Interno da Casa, a Mesa convoca Sessão Especial para deliberar sobre os nomes propostos, para cinco minutos após esta sessão.

Sobre a mesa, Ofício s/nº, subscrito pelo senhor Juarez Accioly, constante do expediente, apresentando seu nome como postulante ao cargo de conselheiro do Tribunal de Contas do Estado. **Junte-se ao Projeto de Decreto Legislativo nº 005/2000. À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projeto de lei complementar, de autoria do senhor deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente. Necessita de apoioimento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei, de autoria do senhor deputado Algaci Tulio, constante do expediente. Necessita de apoioimento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei, de autoria do senhor deputado Antonio Carlos Belinati, constante do expediente. Necessita de apoioimento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei, de autoria do senhor deputado Cezar Silvestri, constante do expediente. Necessita de apoioimento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei, de autoria do senhor deputado Ricardo Maia, constante do expediente. Necessita de apoioimento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei, de autoria do senhor deputado Edno Guimarães, constante do expediente. Necessita do apoioimento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei, em nº de 03 (três) de autoria do senhor deputado Nelson Justus, constantes do expediente. Necessitam de apoioimento. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados:

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 016/2000, de autoria do deputado Elio Lino Rusch, que declara de Utilidade Pública a Associação de Recuperação dos Alcoólatras, com sede e foro no município de Guaíra. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE LEI Nº 016/2000
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Recuperação dos Alcoólatras de Guaíra, com sede e foro no município de Guaíra.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 11.04.2000.

(aa) CESAR SELEME - Presidente

LUIZ CARLOS ZUK - Relator

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 058/2000, de autoria do deputado Luiz Accorsi, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Nova América da Colina, com sede no município de Nova América da Colina e foro no município de Assaí. **Aprovado.**

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 068/2000, de autoria do deputado Luiz Carlos Martins, que declara de Utilidade Pública a Associação Paranaense de Veteranos do Basquetebol. **Aprovado.**

ITEM 04

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 028/2000, que autoriza do deputado Antonio Carlos Baratter, que autoriza o Poder Executivo a doar uma área de terras para o município de Santa Tereza do Oeste e dá outras providências. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. **Aprovado.**

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 101/99, que autoriza do deputado Irineu Colombo, que institui o Programa Interdisciplinar e de participação comunitária para prevenção de combate à violência nas escolas da Rede Pública de Ensino no Estado do Paraná. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.S.P. COM EMENDA DA C.C.J.

Sobre o referido projeto, Requerimento nº 647 de autoria do senhor deputado Valdir Rossoni, constante do expediente, solicitando a retirada por 10 (dez) sessões do

Projeto de Lei nº 101/99, constante da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária. **Aprovado.** Fica, portanto adiada a discussão do Projeto de Lei nº 101/99 por 10 (dez) sessões.

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 124/99, de autoria do deputado José Maria Ferreira, que autoriza o Poder Executivo a custear as despesas com exames de DNA. **COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J., C.F. E S.P.**

Sobre o referido projeto, Requerimento nº 646 de autoria do senhor deputado Valdir Rossoni, constante do expediente, solicitando a retirada por 10 (dez) sessões do Projeto de Lei nº 124/99, constante da Ordem do Dia da presente sessão ordinária. **Aprovado.** Fica, portanto adiada a discussão do Projeto de Lei nº 124/99 por 10 (dez) sessões.

A Mesa esclarece ao propositor do projeto que também o Tribunal de Justiça gostaria de participar junto com o autor e a Mesa Executiva da Casa de uma discussão sobre o projeto.

Por esta razão, somos de parecer de que realmente haja o adiamento da segunda discussão do projeto por 10 sessões.

Em votação o requerimento de adiamento por 10 sessões. **Aprovado.**

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 367/99, de autoria do deputado Hermas Brandão, que dispõe sobre a extinção total ou parcial de débitos, mediante compensação, nos casos que especifica. **COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.F. COM EMENDA DA C.C.J.**

Sobre o referido projeto, emenda em nº de 3 (três) de autoria de diversos senhores deputados, devidamente apoiadas, nos seguintes termos:

EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL DE PLENÁRIO, DE Nº 01 PROJETO DE LEI Nº 367/99

Art. 1º - O Poder Executivo compensará os débitos inscritos na dívida ativa e ajuizados até 31 de dezembro de 1998, inclusive com créditos contra a Fazenda do Estado e suas autarquias, oriundos de sentenças judiciais, com precatórios pendentes de pagamento, até o exercício de competência 1998.

Parágrafo Único - Para os efeitos desta lei, entende-se por:

I) crédito contra a Fazenda do Estado, os valores devidos por força de sentença judicial, transitada em julgado, constante do respectivo precatório, expedido, pro-

cessado e registrado pelo Tribunal competente, a respeito do qual não penda defesa, ou recurso judicial, com efeito suspensivo;

II) crédito contra as autarquias, os valores devidos por força de sentença judicial, transitada em julgado, constante do respectivo precatório, expedido, processado e registrado pelo Tribunal competente, a respeito do qual não penda defesa, ou recurso judicial, com efeito suspensivo, e cuja assunção pela Fazenda do Estado, mediante transferência pela autarquia responsável fica autorizada, desde que para os fins devidos neste artigo;

III) débito inscrito na Dívida Ativa e ajuizado aquele de natureza tributária ou não tributária, a respeito do qual não penda defesa, ou recurso judicial, com efeito suspensivo.

Art. 2º - A compensação fica restrita aos requerimentos protocolados no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a partir da regulamentação desta lei.

Parágrafo Único - O requerimento sujeita-se a exame prévio pela Procuradoria Geral do Estado, que poderá, fundamentalmente, indeferi-lo, devido a erro formal.

Art. 3º - A extinção dos débitos, realizada na forma prevista no art. 1º, não dispensa o pagamento prévio, em dinheiro, das despesas processuais.

Art. 4º - Para os fins desta lei os honorários advocatícios incidentes sobre os débitos liquidados serão reduzidos para no máximo 10% (dez por cento).

Art. 5º - O Poder Executivo regulamentará a presente lei no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de sua publicação.

Art. 6º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 26.04.2000.

(a) NELSON GARCIA

Apoioamento:

Plauto Miró Guimarães, Beto Richa, Elio Rusch, Chico Noroeste.

JUSTIFICATIVA:

Estamos apresentando a presente emenda substitutiva geral com o objetivo de sanar vícios de natureza constitucional. Para tanto estamos modificando os incisos I, II e III do parágrafo único do artigo 1º, inserindo a expressão "com efeito suspensivo" aos textos.

EMENDA SUPRESSIVA DE PLENÁRIO DE Nº 02

A presente emenda ao Projeto de Lei nº 367/99, suprime do seu texto, o artigo 5º, remunerando o artigo 6º, como artigo 5º.

Sala das Sessões, em 26.04.2000.

(a) VALDIR ROSSONI

Apoiamento:

Elio Rusch, Chico Noroeste, Antonio Baratter e Edno Guimarães.

JUSTIFICATIVA:

É incompatível com a natureza autorizada do projeto a imposição de prazo para regulamentação da lei, pelo Poder Executivo.

O poder regulamentar é inerente à Administração pública e a autorização a ela conferida para compensação de seus créditos com outros a ela oponíveis somente se processará quando verificada a observância das condições de admissibilidade para que se opere compensação (artigos 100, parágrafo da Constituição Federal e 170 e parágrafo único do Código Tributário Nacional).

No mais, como todo ato administrativo deverá também ser procedido de acurada análise de conveniência e oportunidade para a sua prática, pautada nos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade e publicidade que regem a administração pública (artigo 27 da Constituição Estadual).

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE Nº 03

Emenda aditiva: acrescenta-se ao artigo 1º do Projeto de Lei nº 367/99, um novo parágrafo, remunerando-se o parágrafo único, com a seguinte redação:

Parágrafo segundo: a compensação de que trata o caput deste artigo, deverá, necessariamente, recair sobre o mesmo titular.

Sala das Sessões, em 26.04.2000.

(a) PÉRICLES MELLO
IRINEU COLOMBO
ÂNGELO VANHONI
HERMES FONSECA

JUSTIFICATIVA:

A referida emenda se justifica para que possa ser suprida a omissão do artigo primeiro quanto à possibilidade de se compensar débitos de um indivíduo com créditos de outro, o que pode gerar um comércio paralelo de precatórios.

O projeto volta à C.C.J..

ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 39/2000, de autoria do deputado Cezar Silvestri, que declara de Utilidade Pública o projeto Oásis - Programa de Apoio para Pessoas com AIDS, no município de Arapongas, com sede e foro em Arapongas. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 09

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 72/95, de autoria do deputado Durval Amaral, que declara de Utilidade Pública o Movimento Estudantil de teatro Amador -

META, com sede e foro no município de Londrina. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 26/2000, de autoria do deputado Beraldin, que estabelece normas sobre controle de resíduos de embarcações, oleodutos e instalações costeiras. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.E.M.A.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 09, de 06.03.95).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 026/95

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Beraldin, tem por objetivo estabelecer normas sobre o controle de resíduos de embarcações, oleodutos e instalações costeiras.

Chamada esta comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Sendo assim, somos de Parecer Favorável.

Sala das Comissões, em 11.04.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
CESAR SELEME - Relator

COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE
PROJETO DE LEI Nº 026/95

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Beraldin, tem por objetivo estabelecer normas sobre controle de resíduos de embarcações, oleodutos e instalações costeiras.

Chamada esta Comissão a se manifestar, entendemos que o objetivo principal do projeto de lei em questão é estabelecer e fazer com que sejam cumpridos, procedimentos e critérios para que as embarcações potencialmente poluidoras, situadas próximas da costa, apresentem menor risco ao mar litorâneo do Estado do Paraná e, quando o fizerem, disponham de recursos suficientes para o combate à emergência.

Assim sendo, nosso Parecer é Favorável

Sala das Comissões, em 11.04.2000.

(aa) CLEITON KIELSE - Presidente
DIVANIR BRAZ PALMA - Relator

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sobre a mesa, Requerimento nº 626, de autoria do senhor deputado Duílio Genari, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 629, de autoria do senhor deputado Ricardo Maia, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 631 e 632, de autoria do senhor deputado Cesar Seleme, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 633 a 638, de autoria do senhor deputado Antonio Annibelli, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 639, de autoria do senhor deputado Beto Richa, constante do expediente. **Aprovado.** (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimentos n°s 640 a 644, de autoria do senhor deputado Edno Guimarães, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 684-A, de autoria do senhor deputado Edno Guimarães, constante do expediente. **Em Discussão.**

UM SR. DEPUTADO (Pela Ordem)

Para discutir, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimentos n°s 650 a 655, de autoria do senhor deputado Ademir Bier, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 656 e 682, de autoria do senhor deputado Beraldin, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 657 a 660, de autoria do senhor deputado Orlando Pessuti, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 661 a 663, de autoria do senhor deputado Antonio Baratter, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 665 a 673, de autoria do senhor deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 675 a 680, de autoria do senhor deputado Algaci Tulio, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 681, de autoria do senhor deputado Plauto Miró Guimarães, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando uma Sessão Extraordinária para logo após o término da presente sessão, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA - do Projeto de Decreto Legislativo n° 005/2000.

Marco ainda uma Sessão ordinária para quinta-feira, dia 27 às 10h com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 26/95, 26 e 612/99.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 107, 108, 110 e 113/2000.

Levanta-se a sessão.

Transcrição:

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO BETO RICH, EM SESSÃO DO DIA 26 DE ABRIL DE 2000.

“50 anos de construção do conhecimento”

Informativo Publicitário
Faculdades Curitiba

Em abril de 1950, a Associação de Ensino Novo Ateneu (AENA), dirigida pelo professor Milton Vianna, decidiu criar um curso noturno de Direito, suprimindo a carência antiga na cidade de Curitiba. No vestibular de 1951 da Universidade do Paraná, foram aprovados 346 alunos, havendo 200 vagas. Excedentes foram matriculados por um apelo ao Ministério da Educação. O caso motivou a autorização do funcionamento do curso da AENA. O governo estadual ofereceu subvenção de Cr\$5000.000,00 à instituição, tão logo fosse autorizada a funcionar ou obtivesse reconhecimento federal.

As aulas na Faculdade começaram apenas em março de 1952, depois de a AENA preparar as instalações e iniciar o processo para funcionamento e reconhecimento da instituição. A autorização veio em dezembro de 1951 e o reconhecimento em 1954. Em 1952 abriram-se inscrições para o primeiro exame, disputado por 198 candidatos, com 121 aprovados.

Nos primeiros 25 anos, a Faculdade de Direito de Curitiba teve como diretor o desembargador Francisco Cunha Pereira, primeiro juiz de menores do Estado e um dos mais importantes nomes da história do Paraná.

No relatório para obtenção do reconhecimento, o currículo dos professores (que eram da Universidade do Paraná, magistrados do Ministério Público e advogados de renome) e dos membros da diretoria, foi decisivo. Outro tópico importante foram as instalações. Na época, a AENA tinha 4 edifícios, usados pelo Colégio Novo Ateneu, que em conjunto abrigavam 29 salas de aula. À Faculdade de Direito foi destinado o pavilhão com frente para a Rua Emiliano Pernet, com 11 salas de aula e um salão para auditório. O salão abriu as portas para os novos alunos em 8 de março de 1952.

As turmas eram compostas, na sua maioria, por homens, em geral com mais de 25 anos, já inseridos no

mercado de trabalho. Para estes, a possibilidade de concluir um curso acadêmico era a chance de abrir novas portas.

Construção da sede

Em fins de 1953, o prédio da faculdade, na fase final das obras, começou a ser preparado para a inauguração. Em 23 de novembro definiu-se o Dia da Justiça - 8 de dezembro - como data de inauguração. Também foi concedido ao governador Bento Munhoz da Rocha Neto o título de professor *Honoris Causa* da Faculdade.

Os anos iniciais foram de luta, por isso a solenidade de formatura da primeira turma foi saudada com emoção. As comemorações tiveram lugar um mês antes, com uma semana de palestras, proferidas por Themístocles Brandão Cavalcanti, José Augusto Cesar Salgado e professor Mozart Victor Russomano.

A colação de grau aconteceu no dia 11 de janeiro de 1957 nos salões do Clube Concórdia, após culto na Igreja Evangélica Batista e missa na Catedral metropolitana. Outra celebração teve lugar no Salão Nobre, quando foi inaugurada a placa alusiva à formatura.

Direito do Trabalho: consolidação do prestígio

Um dos professores do primeiro corpo docente foi Milton Vianna. Idealizador da instituição e responsável pela cadeira de Direito Industrial e Legislação do Trabalho, buscou, desde o início, trazer as mais destacadas personalidades da área do Direito do Trabalho para ministrar aulas e cursos de extensão.

Já na primeira turma a Faculdade promoveu o primeiro Curso de Extensão Cultural do Trabalho, proferido por Mozart Victor Russomano, catedrático de Introdução à Ciência do Direito na Faculdade de Pelotas. No ano anterior ele havia visitado a Faculdade e, desde então, tornou-se assíduo colaborador.

Cursos de extensão sobre Direito do Trabalho passaram a ser tradição da Faculdade. Ao lado de Russomano, vários expoentes como João Regis Teixeira, Julio Barata, José Salvador Ferreira, Pedro Ribeiro Tavares e Aluízo Simões Campos contribuíram para a consolidação do curso.

Em 1978, com a implantação das Habilitações Específicas, criou-se a habilitação em Direito do Trabalho, com aulas ministradas pelos professores da Faculdade e a instituição foi especializando-se nesta área.

Cursos de Extensão e Eventos antes de completar uma década de existência, a Curitiba centralizava cursos, palestras e eventos, como a Conferência dos Governadores da Bacia do Paraná-Uruguai, em 1953, com a presença do Presidente Getúlio Vargas. Muitos foram os professores renomados juristas que visitaram a Faculdade, como o jurista J. Guimarães Menegale, em 1957, e o ministro Julio Barata, em 1970, que recebeu diploma de *Honoris Causa*.

Em 1966 foi criado o Instituto Latino-Americano de Direito do Trabalho, na Argentina, conforme resoluções de faculdades de Direito da América Latina em conferências. O Brasil, além da indicação do professor Russomano para secretário geral, teve mais 4 indicações

para o Conselho Consultivo, entre os quais o professor Milton Vianna.

Os cursos de extensão em Metodologia do Ensino Superior foram dos principais instrumentos para o aperfeiçoamento e atualização dos docentes. O primeiro foi em 1983, com 60 horas-aula, ministrado pelos professores Lauro da Silva Becker, Elinor Excholz Ribeiro e Suely Carta Cardoso. A partir de então, outros cursos similares foram realizados.

Entre as atividades previstas no currículo, destaca-se a de Habilitações Específicas, implantada a partir de 1978, sob a coordenação dos professores Francisco Accioly Rodrigues da Costa Neto e Mansur Theóphilo Mansur. Tais atividades têm por objetivo direcionar alunos de últimos períodos para uma área específica do Direito Público ou Privado, como uma forma de especialização oferecida na graduação.

Acadêmicos da Faculdade de Direito de Curitiba

Em março de 1952, um grupo liderado por Valdemar Colvero fundou o Diretório Acadêmico Clotário Portugal. O diretório esteve envolvido na elaboração de vários eventos e cursos de Curitiba. Parcerias entre a Curitiba e o Clotário Portugal tornaram possíveis grandes momentos em júris simulados. O primeiro júri de 1978, em abril, baseou-se num crime real acontecido em 1963. O réu, personagem de nome humorístico, Soeu K. Matthey, foi representado por um aluno, e também seus defensores, entre eles o acadêmico Adelino Marcon, orador nato, que no mesmo ano arrebatou o primeiro lugar no concurso nacional de oratória. Em outubro, no III Júri Simulado, atuaram também as Faculdades de Direito da Católica e da Federal.

Reforma do Ensino Superior

Os anos 60 foram marcados por mudanças políticas e, no campo educacional, pela reforma do ensino de 3º grau. Em 1968, a Lei 5.540 instituiu a reforma do ensino superior, visando preencher a expectativa por vagas nas universidades, aliada à necessidade de mudanças no funcionamento e organização do ensino de 3º grau, oferecido até então.

O Decreto 53 pregava que todas as universidades e estabelecimentos isolados e privados, como a Curitiba, usassem plenamente recursos materiais e humanos, dentro de um modelo empresarial de organização. A busca por cursos superiores privados aumentou e, nos anos 70, o número de vagas ofertadas cresceu mais de 300%, enquanto nas públicas aumentou pouco mais de 130%.

Em 1974 a Faculdade organizou o vestibular conforme a nova lei. O calendário passou a ser semestral, com matrícula por disciplina e com regime de créditos, uma das marcas registradas do curso. A recomendação do uso deste regime pelos cursos superiores já se encontrava no Relatório Meira Mattos, um dos documentos que embasou a Lei 5.540, justificando-o como um dos modos de dinamizar a reforma universitária.

Pelo Regimento Escolar aprovado em 1974, a cada disciplina semestral seria atribuído certo número de

créditos, e estes corresponderiam à integralização de, no mínimo, 15 horas-aula de atividade escolar. Assim, o regime de créditos passou a privilegiar a apuração progressiva de conhecimentos, não apenas os expostos aos exames finais.

Mudanças curriculares e regimentais - A consolidação da reforma de ensino nos anos 70 não significou rigidez dos currículos. Entre fins de 1981 e início de 1982, a direção da Curitiba instituiu comissão que mudaria o plano curricular, inalterado há 8 anos. Em março de 1982 forma aprovadas as propostas elaboradas; em abril veio a redação final e o relatório encaminhado ao governo federal. As principais mudanças foram supressões e acréscimos de períodos às disciplinas existentes, inserção de disciplinas, além de diminuição e aumento de créditos, causando nova periodização. Foram incluídas disciplinas como Direito Internacional Público e Privado e Direito de Integração.

O curso aumentou a carga horária de 3.138 para 3.735 horas; dilatou o tempo do curso para, no máximo, 7 anos, ou 14 períodos. Outras mudanças: estágio desenvolvido no 8º e não mais no 7º período, e departamentização das disciplinas. Em 1989 e 1996, novas mudanças. No final de 1996 foi aprovado novo currículo, após 2 anos de debates, com adaptações em 1998.

Avaliação e Reconhecimento

Em 1983, a Curitiba iniciou o processo de renovação de reconhecimento. A partir da Reforma do Ensino Superior dos anos 60, tornou-se obrigatória a renovação periódica do reconhecimento, processo pelo qual as instituições de 3º grau são avaliadas para assegurar o bom rendimento escolar. A avaliação baseia-se na análise de dados que abrangem desde patrimônio, finanças, até atividades pedagógicas.

A renovação de reconhecimento de 1983 serviu não só para o MEC avaliar a Curitiba, mas também como auto-avaliação. O levantamento de dados para o relatório detectou mudanças, como o perfil dos alunos, causadas por transformações sociais (liberação feminina) e econômicas (crise nacional). A primeira facilitou o ingresso de mulheres jovens e, a segunda, dificultou o acesso de candidatos que trabalhavam.

Em agosto de 1999 o MEC, após analisar 250 cursos de Direito do País, anunciou os sete melhores, conceituados com A e B nos Exames Nacionais (Provão) de 1996, 1997 e 1998. A Faculdade de Direito de Curitiba foi a única faculdade particular e a única isolada (desvinculada de universidade) a constar nesta seleta lista. Sua excelência lhe garantiu renovação automática de reconhecimento para os próximos 5 anos.

A dedicação de uma família

Milton Vianna nasceu em Curitiba, no dia 27 de outubro de 1909. Em 1932 formou bacharel pela Faculdade de Direito do Paraná, especializando-se na área de Direito do Trabalho. Foi inspetor federal de ensino e professor de Direito do Trabalho na Faculdade de Direito. Exerceu interinamente o cargo de procurador da república, na Seção Paraná do Ministério da Justiça e

Negócios Interiores. Foi diretor do curso de Legislação Sindical e do Trabalho do Paraná. Participou da fundação do Partido Trabalhista Brasileiro e concorreu ao cargo de deputado estadual, nas eleições de 1947, pelo Partido Proletário do Brasil. Foi eleito como suplente.

Milton Vianna seguia os passos de seu tio, Elysio de Oliveira Vianna, que em 1897 havia fundado o Colégio Vianna, e em 1925, o Colégio Novo Ateneu. Milton Vianna estava entre um dos fundadores do Ginásio, que teve seus cursos noturnos reconhecidos em 1934. Era a única escola do Paraná a ter tais cursos. Em 1943 passou a ser colégio, por oferecer os cursos ginásial e colegial (clássico e científico). Nesse ano Elysio Vianna deixou a direção da escola, depois de quase 50 anos de magistério. O colégio seja integrado à AENA - Associação de Ensino Novo Ateneu - fundada em 1944, pelo professor Milton Vianna e outros colaboradores.

Em 1945 a AENA começou a ampliação das instalações, preparando a escola para ofertar aulas nos períodos diurno, vespertino e noturno. A AENA criou a Escola Técnica de Comércio e a Faculdade de Direito de Curitiba em 1950; o Curso de Legislação Sindical e do Trabalho no Paraná, patrocinado pelo Ministério do Trabalho, em 1952; o Instituto Paranaense de Direito do Trabalho, em 1958 e o Instituto de Assistência Judiciária em 1959. No final da década de 50, a Escola Normal Secundária de Curitiba.

Um dos grandes ideais na vida de Milton Vianna foi a criação de um curso noturno de direito, intento realizado em 1950, com a criação da Faculdade de Direito.

Outro grande ideal, perseguido com afinco, foi a instalação em Curitiba de um Tribunal Regional do Trabalho, idéia concedida nos anos 40.

Esse sonho só viria a se tornar realidade em 1976, dois anos após a sua morte, em 23 de novembro de 1974.

Após o seu falecimento, recebeu o grau de comendador do Tribunal Superior do Trabalho, por indicação do Conselho da Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho.

O diploma foi expedido em 11 de agosto de 1975, no Dia do Advogado.

Seu filho, Milton Vianna Filho, em 1944, aos 11 anos de idade, já ajudava o pai no Colégio Novo Ateneu.

Em 1947, foi admitido como auxiliar de tesouraria. E três anos depois passou a ocupar o cargo de tesoureiro da AENA. Bacharel em direito pela 1ª turma da Faculdade de Direito de Curitiba, exerceu o cargo de diretor secretário da AENA, de 1959 a 1970, e de secretário da Faculdade de Direito de Curitiba de 1976 a 1980.

De 1970 até o seu falecimento, a 3 de março de 1981, foi diretor superintendente da AENA.

Atualmente seus filhos Milton Barros, Tania e Danilo Vianna, representam a quarta geração desta família, dedicada à educação. A diretora técnica da AENA, Maria Cianci Vianna transmitiu aos seus filhos os ideais e o compromisso do marido e do sogro com a educação.

Em homenagem aos pioneiros da Faculdade Curitiba, a família Vianna inaugura, nesta semana comemorativa dos 50 anos de fundação, dois bustos: um de Milton Vianna, outro de Milton Vianna Filho, expostos na sede central e no campus da Chile, respectivamente.

Curso de Direito da Curitiba entre os sete melhores do Brasil

O trabalho de construção de um centro de excelência educacional, permanente nestes 50 anos, teve recompensas. Hoje, a Faculdade de Direito de Curitiba é uma das sete instituições brasileiras, na área do direito, que conquistou a renovação automática de reconhecimento pelos próximos cinco anos, estando assim dispensadas, neste período, das avaliações anuais do MEC.

Essa conquista tem por base a média das notas obtidas pela faculdade nos exames nacionais, provões, de 1996, 1997 e 1998, quando recebeu conceitos A e B nos quesitos instalações físicas, qualificação e dedicação do corpo docente e qualidade do projeto pedagógico.

A Faculdade Curitiba ficou entre as 7 melhores da área no País, não apenas porque seus alunos se destacaram no exames do MEC, mas também graças a alguns números: dos 75 professores de seu corpo docente, mais de 1/3 possui grau de mestre ou doutor.

As amplas e confortáveis instalações, com 30 salas de aula na sede central, laboratório de informática, biblioteca, com acervo de 14.000 livros nacionais e estrangeiros e o Núcleo de Prática Jurídica, também influenciaram no reconhecimento federal.

Da mesma forma, o rigor no conteúdo pedagógico, marca registrada das Faculdades Curitiba, foi aprovado. Caracterizado pela adequação teórica à realidade, para cumprir o programa do curso, a carga horária total pode chegar a 4.200 h/a, incluindo 240 horas de atividades complementares (seminários, monitorias e estágios).

“Este reconhecimento é um estímulo para que continuemos buscando a constante melhoria de nossos serviços, um compromisso assumido há cinquenta anos”, diz Danilo Vianna, diretor geral das Faculdades Integradas Curitiba e neto fundador da Faculdade de Direito de Curitiba.

Pós-graduação

Em 1989, a coordenadoria de pós-graduação da faculdade promoveu o I curso de aperfeiçoamento em Direito Constitucional e Processual.

Desde então, vem promovendo vários cursos, oferecendo regularmente especialização em quatro áreas: Direito Administrativo, Comercial, do Trabalho e Tributário. Em 1990 iniciou a oferta de cursos voltados ao Mercosul.

Novos cursos

Antes do reconhecimento do MEC, o prestígio da Faculdade de Direito de Curitiba já era notório. A busca de vagas na instituição crescia a cada ano, levando à abertura de novas oportunidades no turno matutino, em 1988. Hoje, são 343 acadêmicos de direito estudando

pela manhã e 1314 à noite, somados os alunos dos cursos de pós-graduação em Direito Comercial, Direito do Trabalho e Direito Tributário, iniciados em 1990.

Em 1996 a AENA começou a preparar terreno para transformar a faculdade isolada em centro universitário. Uma pesquisa de mercado levantou as demandas do público estudantil de Curitiba.

Em 1998 o MEC autorizou o funcionamento das Faculdades Integradas Curitiba, quando foi realizado o vestibular para os novos cursos: Administração, Comunicação Social, Relações Internacionais e Turismo.

Prestígio

Mathieu Struck, quintanista de direito, é o presidente do Diretório Acadêmico Clotário Portugal, uma das mais tradicionais agremiações estudantis do Paraná. Representante legítimo dos estudantes da Faculdade de Direito de Curitiba, diz que o orgulho em relação à instituição de ensino é um sentimento geral entre os acadêmicos.

Para o estudante, há muito que comemorar no ano do cinquentenário. “A Faculdade de Direito goza de grande prestígio, especialmente após a avaliação do MEC, que a colocou entre as melhores faculdades do País. Isto, profissionalmente, vai nos valorizar muito”, justifica.

Mathieu, contudo, salienta que esta avaliação só corrobora algo sempre percebido na comunidade acadêmica e jurídica paranaense, “o histórico de bom aproveitamento nos exames da OAB e em concursos públicos sempre funcionaram como nossos melhores cartões de visita”, diz. **NOVO CAMPUS EM TEMPO RECORDE**

Após dois anos de preparação, era chegada a hora de efetivamente dar início ao projeto inicial de criação das Faculdades Integradas Curitiba. A necessidade de ampliação das instalações para abrigar os novos alunos era urgente, mas o padrão de exigência dos dirigentes da instituição dificultava a escolha de um local para seu funcionamento.

Finalmente, em janeiro de 2000, foi localizado este espaço. Trata-se da antiga sede do Senai - Serviço Nacional de Apoio à Indústria, na Rua Chile, bairro Rebouças. “Precisávamos tornar aquela estrutura adequada às nossas necessidades e para isso iniciamos imediatamente uma grande obra”, explica Arnaldo M. de Barros, diretor de controladoria.

Ambientes e números	
Campus I	
Terreno	2.257 m2
Área construída	6.800 m2
Salas de Aulas	30
Carteiras	2.100
Laboratório de Informática	1
Salão Nobre	570 lugares
Alunos do Direito	1.657
Professores do Direito	88

Funcionários administrativos	25
Campus II	
Terreno	15.800 m ²
Área construída	9.500 m ²
Área utilizada	4.200 m ²
Gráfica	200 m ²
Salas de aula	21
Carteiras	50
Laboratórios de Informática	02
Auditório	204 lugares
Alunos dos 4 cursos	792
Professores (dos 4 cursos)	52
Funcionários administrativos	25
Geral	
Computadores	172
Biblioteca (2)	14 mil vol.
Inspetores e porteiros	15
Serventes	19 (mais os terceirizados)
Oficiais de manutenção	4
Sede campestre - Piraquara	
Terreno	72.000 m ²
Campos de futebol de areia e de grama, churrasqueiras, salão de festas, parque infantil, pomar, aves e ovinos, rio	

E quem explica as obras é o Engenheiro Civil Antônio César Bettega, responsável pela reforma. “O primeiro desafio era limpar a área, que estava abandonada. Retiramos de lá mais de 50 caçambas de entulho, o que equivale a mais de 250 m³”, diz.

A partir daí, foi trocada toda a instalação elétrica e as esquadrias. Os banheiros foram modernizados e as salas transformadas em amplos espaços. “Tudo isto levando em conta que se tratava de um estabelecimento de ensino, com necessidades específicas”, diz o engenheiro.

Para oferecer conforto aos acadêmicos, as paredes das salas de aula foram construídas em alvenaria e em dry-wall, gesso acartonado, que permite a utilização interna de isolantes térmicos e acústicos. Os quadros, brancos e verdes, receberam iluminação adequada e todas as salas contam com ventiladores de teto.

A principal preocupação, diz o engenheiro, foi tornar o ambiente agradável e apropriado ao aprendizado. Nas áreas de circulação foi executado paisagismo, iluminação e passarelas para proteção contra chuva.

Outras áreas que receberam especial atenção foram os laboratórios de informática e de fotografia: “tivemos de instalar toda a rede lógica para os computadores e uma confortável câmara escura para as aulas de fotografia”, diz Bettega.

Biblioteca e auditório também mereceram cuidados: “projetamos com muito carinho a biblioteca e houve uma grande preocupação em garantir uma boa acústica para o auditório, que está muito bonito”, nos conta o engenheiro.

Todas estas adaptações permitiram que, em 7 de fevereiro, os novos acadêmicos fossem recepcionados no novo campus da Faculdades Integradas Curitiba. Um dia que ficará marcado para sempre na história da instituição.

Núcleo de Práticas Jurídicas

O prestígio do Núcleo de Práticas Jurídicas deve-se a uma equação muito simples: alia o interesse dos alunos em adquirir experiência prática em questões jurídicas e a necessidade de assistência judiciária por parte daqueles que comprovam não poder arcar com honorários advocatícios.

À reunião destes dois interesses soma-se a qualidade dos serviços prestados pelos mais de 400 alunos que passaram pelo Núcleo em seus três anos de existência.

Supervisionados por orientadores, os acadêmicos exercitam, a partir do 7º semestre e por dois anos consecutivos, o conhecimento adquirido em disciplinas teóricas.

Atualmente os alunos são responsáveis por 300 processos que tramitam nos Fóruns. A sede do Núcleo de Práticas Jurídicas impressiona e deixa transparecer o respeito com que são tratados os clientes. Ampla, com duas salas de 350 m², é dividida em gabinetes ocupados pelos futuros advogados e seus orientadores. Em cada gabinete um terminal de computador. À disposição, também, uma biblioteca e CD's de jurisprudência sempre atualizados.

Essa estrutura cria um bom ambiente para os acadêmicos e seus clientes, demonstrando respeito até mesmo ao prestar um serviço gratuito.

O que é o Núcleo

O Núcleo de Práticas Jurídicas é um Departamento da Faculdade de Direito das Faculdades Curitiba. Criado em 1998, sucedeu o Escritório Modelo José Salvador Ferreira e ampliou sua área de atuação. Presta assistência jurídica gratuita à comunidade carente e serviços de apoio às disciplinas de Laboratório e Visitas Orientadas e Orientação de Estágio.

Um dos maiores orgulhos de acadêmicos, supervisores e orientadores do Núcleo é a qualificação profissional que ele promove. A totalidade dos alunos que passaram por este estágio até agora, obtiveram aprovação no exame da OAB - Ordem dos Advogados do Brasil.